

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

AUGUSTO FERNANDO CARRARO

**PENSANDO NO FUTURO: PLANEJAMENTO E DECISÕES EM FINANÇAS
PESSOAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

CHAPECÓ

2025

AUGUSTO FERNANDO CARRARO

**PENSANDO NO FUTURO: PLANEJAMENTO E DECISÕES EM FINANÇAS
PESSOAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Federal
da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brião Zanela

CHAPECÓ

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Carraro, Augusto Fernando

PENSANDO NO FUTURO: PLANEJAMENTO E DECISÕES EM
FINANÇAS PESSOAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA /
Augusto Fernando Carraro. -- 2025.

76 f.:il.

Orientador: Doutor Angelo Briao Zanela

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Administração, Chapecó, SC, 2025.

1. educação financeira. 2. planejamento financeiro.
3. tomada de decisão. I. Zanela, Angelo Briao, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da
Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


AUGUSTO FERNANDO CARRARO

**PENSANDO NO FUTURO: PLANEJAMENTO E DECISÕES EM FINANÇAS
PESSOAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Federal
da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 03/12/2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANGELO BRIÃO ZANELA
Data: 04/12/2025 15:47:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Angelo Brião Zanela – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 DARLAN CHRISTIANO KROTH
Data: 05/12/2025 16:34:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Darlan Christiano Kroth – UFFS
Avaliador (a)

Documento assinado digitalmente
 PERICLES LUIZ BRUSTOLIN
Data: 04/12/2025 15:13:20-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Péricles Luiz Brustolin – UFFS
Avaliador (a)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Não bastasse o privilégio de viver, foi Ele quem ainda colocou em meu caminho pessoas que me apoiaram para eu pudesse seguir em frente dia após dia, às quais também expresso minha mais sincera gratidão. Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo entender como a Educação Financeira auxilia no planejamento e nas decisões acerca das finanças pessoais. Tal norte se baseia na precariedade da educação financeira formal no Brasil e, ao mesmo tempo, na vasta existência de informações fragmentadas sobre o tema em meio à sociedade; ambos fatores que prejudicam a forma como as pessoas aprendem e passam a gerenciar suas finanças. Assim, apresentando-se com natureza básica e através de uma abordagem qualitativa, também objetiva identificar algumas das maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas no processo de organização financeira, entender de que forma seria possível para os indivíduos tomarem decisões mais assertivas e levantar as mais recomendadas práticas para melhorar os resultados nessa área. Para tal, foram analisadas diversas obras que, em síntese, evidenciaram que a educação financeira exerce influência direta na capacidade de os indivíduos se planejarem e tomarem decisões envolvendo suas economias, sendo que uma das formas mais eficazes de aprimorar os acertos, nesse sentido, seria a partir do contato antecipado com os conhecimentos da área. Quanto às dificuldades mais comuns neste eixo, destacam-se justamente questões consequentes à falta do letramento sobre o dinheiro, como não saber por onde começar para se organizar, sair das dívidas e assim por diante. Ademais, como sugestões e boas práticas para a melhora no alcance dos objetivos pessoais e retornos monetários propriamente ditos, foram listados inúmeros pontos abordados nas obras, como o desenvolvimento de um planejamento financeiro, a priorização da racionalidade em detrimento de aspectos emocionais ao tomar decisões, o uso dos investimentos como forma de acelerar os ganhos entre outros. Dessa forma, os resultados obtidos se concentram no aprofundamento das discussões e posterior síntese de algumas das mais relevantes contribuições presentes em obras que tratam de finanças pessoais.

Palavras-chave: educação financeira; planejamento financeiro pessoal; tomada de decisão.

ABSTRACT

This study aims to understand how financial education helps in planning and making decisions about personal finances. This goal is based on the precarious state of formal financial education in Brazil and, simultaneously, the vast amount of fragmented information on the subject within society; both factors that hinder how people learn and manage their finances. Thus, using a basic approach and a qualitative methodology, it also aims to identify some of the greatest difficulties faced by people in the process of financial organization, understand how individuals can make more assertive decisions, and identify the most recommended practices to improve results in this area. To this end, several works were analyzed which, in summary, showed that financial education has a direct influence on individuals' ability to plan and make decisions involving their savings, and that one of the most effective ways to improve success in this regard is through early exposure to knowledge in this area. Regarding the most common difficulties in this area, issues stemming from a lack of financial literacy stand out, such as not knowing where to begin to get organized, get out of debt, and so on. Furthermore, numerous points addressed in the works were listed as suggestions and best practices for improving the achievement of personal goals and monetary returns, such as the development of a financial plan, prioritizing rationality over emotional aspects when making decisions, and using investments as a way to accelerate gains, among others. Thus, the results obtained focus on deepening the discussions and subsequently synthesizing some of the most relevant contributions present in works dealing with personal finance.

Keywords: financial education; financial planning; decision making.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	14
2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	17
2.3 A ABORDAGEM COMPORTAMENTAL PERANTE A TOMADA DECISÕES DOS AGENTES INVESTIDORES	18
2.4 POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS	21
2.4.1 Renda fixa	22
2.4.2 Renda Variável	25
2.4.3 Outras Opções	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	29
3.2 FONTE DOS DADOS	29
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	30
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1 EDUCAÇÃO E PRINCÍPIOS EM FINANÇAS	34
4.1.1 O Papel Social Da Educação Financeira	34
4.1.2 Educação Financeira Como Ferramenta Para Tomada De Decisão	35
4.1.3 Princípios em finanças	37
4.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	41
4.2.1 Diagnóstico e orçamento	42
4.2.2 Definição de metas e objetivos financeiros	43

4.2.3 Execução	44
4.2.4 Controle e acompanhamento	46
4.3 DECISÕES DE INVESTIMENTO	46
4.3.1 Perfis de investidor e aversão ao risco	46
4.3.2 Importância do conhecimento prévio sobre os ativos para a escolha de investimentos	48
4.3.3 A relação entre risco, retorno e objetivos financeiros: como tomar a melhor decisão	50
5 FICHAMENTO, SÍNTESE E SUGESTÕES	53
5.1 FICHAMENTO	53
5.2 SÍNTESE E SUGESTÕES	56
5.2.1 Educação financeira e tomada de decisão	57
5.2.2 Dificuldades comuns nas finanças	57
5.2.3 Dicas e sugestões na organização financeira	58
5.2.4 Boas práticas nas decisões de investimento para o alcance dos objetivos pessoais e de melhores resultados;	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

1 INTRODUÇÃO

A organização financeira, por vezes, parece ser vista como um grande sonho para muitas pessoas, apesar de se apresentar como algo básico para outras. Esse cenário apenas reflete as diferenças existentes entre os indivíduos e como estes costumam lidar com suas finanças. De modo geral, pode-se dizer que o quadro apresentado tem origem na complexidade das relações que caracterizam o mundo hoje, bem como por conta da diversidade de vivências, cultura, níveis de educação ou mesmo objetivos que cada indivíduo determina ao tomar suas decisões vinculadas ao dinheiro. Tal diversidade é relatada por Pataro (2007) como algo que é incorporado pelas pessoas a partir de suas crenças e aspectos culturais, influenciando, assim, o modo como organizam seus pensamentos.

A falta de um planejamento adequado em termos de utilização do dinheiro pode acarretar inúmeras complicações para as pessoas, sendo que, na maioria dos casos, o acesso à educação financeira durante a infância é raro e acaba sendo realidade somente após a fase adulta. Conforme destaca Kiyosaki (2018), o dinheiro não é um tema tratado nas escolas, uma vez que o foco nesse âmbito é direcionado para habilidades acadêmicas ou profissionais em geral, o que explica o fato de muitos indivíduos, apesar de bons profissionais, também terem problemas financeiros durante toda a vida. A partir disso, Silva *et al* (2023) descreve algumas das problemáticas resultantes desse cenário como sendo: dependência de crédito, dificuldade em guardar ou investir, baixo nível de preparo para o futuro, e assim por diante.

É válido mencionar que, para além das consequências iniciais observadas a partir da precariedade de organização dos recursos monetários, pode-se notar também complicações mais profundas que se desencadeiam ao não resolver os primeiros indícios de uma saúde financeira ruim, tais como uma maior vulnerabilidade a fraudes ou a golpes e o endividamento excessivo. (Silva *et al.*, 2023). Em adição a isso, ao tratar o tema vinculado ao ensino básico nas escolas, os autores também mencionam o inevitável impacto social resultante da falta da educação financeira, ao exemplo da sobreposição das classes mais favorecidas (por terem acesso de outros modos a esses conhecimentos), da maior dependência de programas sociais daqueles que possuem dificuldades com seu dinheiro e até mesmo da limitação do

crescimento econômico no país (devido a menor participação monetária desses indivíduos na sociedade).

É neste contexto que o presente trabalho desenvolve sua discussão, visando, portanto, entender melhor a forma como a temática citada influencia no planejamento e nas decisões tomadas pelas pessoas com relação às finanças pessoais, assim como apresentar práticas para que tal preparo traga os resultados esperados pelos indivíduos. Vale ressaltar que são vastas as construções teóricas que discutem o tema, como as desenvolvidas de forma literária por Kiyosaki e Lechter (2018) e Ferguson (2009), e que também serviram de fundamento para a construção atual, além das contribuições do meio acadêmico a partir de diferentes artigos. Vale destacar, portanto, que o foco deste objeto de estudo está voltado para termos práticos que, a partir de uma revisão bibliográfica de diferentes produções e associados às teorias em torno do tema proposto, buscam proporcionar uma visão ampliada sobre a temática. Assim, este trabalho pode se apresentar como uma base de informações para o posterior desenvolvimento de um planejamento financeiro pessoal que se alinha aos diferentes propósitos estabelecidos por cada agente.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A falta de controle sobre as finanças pessoais, infelizmente, já se tornou comum em meio à sociedade. Essa realidade se torna visível mesmo ao se observar de maneira breve como algumas pessoas, famílias e, por vezes, até organizações lidam com seus recursos financeiros de modo ineficiente. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) em fevereiro de 2025 (Portal do Comércio, 2025), mais de 75% das famílias brasileiras estão endividadas. Vale a ressalva de que, nem sempre, o endividamento representa algo negativo, isto considerando níveis controlados e pensados de se contrair dívidas. Porém, ainda levando em conta esta exceção, o levantamento citado também destaca que cerca de 28,6% das famílias possuem dívidas em atraso e, ainda mais preocupante, 12,3% não terão condições de pagá-las.

Além disso, levantamentos do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) (2018) já indicaram que aproximadamente 45% dos brasileiros não fazem um controle de suas despesas.

Diante do exposto e considerando a precariedade de uma Educação Financeira de qualidade no Brasil, a base norteadora deste trabalho consiste em responder à seguinte indagação: Como a educação financeira influencia o planejamento e as decisões dos agentes sobre suas finanças pessoais?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos almejados no presente trabalho estão descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Pretende-se entender como a Educação Financeira auxilia no planejamento e nas decisões acerca das finanças pessoais.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Abordar o tema educação financeira com o intuito de entender qual a melhor forma de promover uma organização financeira que possibilite a tomada de decisões acertadas sobre finanças pessoais;
- b) Identificar as principais dificuldades enfrentadas por indivíduos que buscam estabelecer estratégias adequadas para a organização e o gerenciamento das finanças pessoais;
- c) Sugerir práticas essenciais para a tomada de decisão, resultantes de um planejamento financeiro eficaz, de modo a possibilitar que o agente alcance seus objetivos.

1.3 JUSTIFICATIVA

As constantes transformações culturais e econômicas no mundo tornam cada vez mais acessível para as pessoas diferentes opções de acesso ao crédito, variadas formas de consumo, inúmeros tipos de produtos financeiros e outras soluções que, em muitos casos, nem mesmo são de conhecimento de uma parcela da sociedade. Esse cenário configura uma maior complexidade das relações e faz com que muitos indivíduos passem a se confundir ou mesmo perder o controle de seus recursos financeiros em algum momento.

Conforme mencionado anteriormente, é nítida a existência de produções textuais nesta mesma área do conhecimento, como as de Kiyosaki e Lechter (2018), Savoia, Saito e Santana (2007) e Ferguson (2009). Todavia, estas obras, apesar de sua evidente contribuição, por hora apresentam um teor literário, reflexivo ou mesmo histórico. Além disso, também é possível observar algumas construções que refletem sobre o tema com teor de pesquisa, como as de Jesus (2019), Moura e Carvalho (2022), Borges (2013) e Cravo *et al* (2024). Porém, vale destacar que estas visam tratar dos assuntos Educação Financeira, Comportamento e tomada de Decisão, Consumo e assim por diante de maneira direcionada, ou, a depender da obra, de forma isolada, sem que uma relação conjunta entre diferentes tipos de fontes estivesse presente.

Em contrapartida, o presente trabalho visa unir ambas as abordagens citadas, tanto o eixo literário e sua relevante base teórica (que, a depender do contexto, pode apresentar certa defasagem), quanto o meio científico e suas pesquisas (com abordagens mais atuais). Tal objetivo se dá para que seja possível, além de se entender as relações existentes entre a educação financeira, o planejamento pessoal e as decisões tomadas na busca pelos objetivos envolvendo ativos em moeda, também possa se apresentar formas práticas de se organizar financeiramente e de desenvolver uma base sustentável de administração de recursos visando atingir metas e ambições futuras.

Diante disso, o presente trabalho se justifica pela necessidade de se discutir a temática da educação financeira, especialmente em termos de compilação de assuntos e de simplificação das temáticas, permitindo assim contribuir para um melhor entendimento acerca das diferentes discussões e práticas envolvidas nesse âmbito. Além disso, tal abordagem também abre espaço para ampliar a conscientização sobre a importância da organização e do planejamento financeiro, cujo principal propósito é o de incentivar as pessoas a adotarem um comportamento mais participativo e atento em relação aos seus objetivos e seu futuro financeiro.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A partir desta seção, serão brevemente tratados os pontos mais importantes relacionados a cada tema abrangido pelo presente trabalho. Nesse sentido, serão apresentados e discutidos conceitos, contribuições e outras fundamentações de diversos autores que tratam de assuntos relacionados à educação financeira, ao planejamento financeiro, ao comportamento dos decisores, às noções de investimentos e assim sucessivamente, de modo a formar base e auxiliar para uma melhor compreensão do que será discutido posteriormente.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para a OECD (2005), a Educação Financeira pode ser entendida como um agrupamento de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento que são precisos para se tomar decisões financeiras fundamentadas e que possibilitem o alcance do bem-estar financeiro pessoal. Nesse sentido, a organização trata do tema como algo essencial para capacitar os indivíduos e permitir que estes se informem adequadamente antes de tomar atitudes que envolvem o dinheiro. De modo semelhante, a Fundação Instituto de Administração — FIA (2025) descreve o termo como “o processo em que um indivíduo busca ou obtém conhecimento para lidar com o dinheiro de forma mais consciente e inteligente”. Também nesse sentido, o Serviço de Proteção ao Crédito — SPC (2024) descreve que a “Educação financeira é o processo de entender como o dinheiro funciona no mundo: como alguém ganha, gerencia, investe e gasta.”

A partir do entendimento de que diferentes concepções ou conceitos podem surgir acerca do tema, pode-se dizer que o levantamento de algumas dúvidas também é comum. No entanto, a ideia central gira em torno de uma base de conhecimento que deve ser construída pelas pessoas para poderem se preparar antes da tomada de decisão. A educação financeira representa uma ferramenta extremamente necessária para que as pessoas possam estar preparadas para o contexto atual quando se trata de finanças. É um cenário complexo, com inúmeros desafios e oportunidades surgindo dia após dia, bem como uma maior disposição de recursos nas mãos dos cidadãos, que de um modo ou de outro acabam interagindo com o mundo financeiro. Assim, esta dinâmica acende uma urgência na sociedade para que os indivíduos busquem mais instrução acerca da forma como gerenciam seu dinheiro, abrindo espaço, com

isso, para se colocar em prática um planejamento que vai de encontro com seus objetivos pessoais (Banco Central Do Brasil, 2009).

Não é novidade que a falta de uma administração adequada do dinheiro é presente de maneira marcante na atualidade, assim como nas inúmeras implicações trazidas por essa conjuntura. No entanto, esse contexto não era imaginado nos primórdios da utilização do dinheiro. No princípio da humanidade, o dinheiro não era necessário, nem tampouco imaginado. Com o passar do tempo e a formação de grupos maiores e civilizações, assim como o desenvolvimento de atividades como a pesca e a agricultura (Incorrendo na utilização de ferramentas), o escambo passou a ser utilizado. Tal conceito se resume à troca de um item por outro, o que era útil para atender às diferentes necessidades dos agrupamentos que se formavam, sendo esta a primeira forma de comércio conhecida, mas ainda distante do que se entende hoje por dinheiro (Banco Central do Brasil, 2002).

Conforme destaca Oliveira (2014), com o passar dos anos, alguns itens de uso mais comum ou particular tomaram para si esta função, sendo os principais o sal, o fumo, o gado e o açúcar; a depender da geografia e da forma de organização social e econômica do período. Foi somente a partir da evolução da humanidade e da descoberta dos metais preciosos que se pôde observar o dinheiro de maneira mais familiar como o que se conhece hoje, pois com isso se iniciou sua materialização na forma de moedas, consoante ao que menciona Ferguson (2009) ao destacar que o ouro, a prata e o bronze foram considerados os metais ideais para servirem de matéria-prima para essa fabricação.

De todo modo, a partir deste ponto o conceito de dinheiro passou a ser melhor desenvolvido e incorporado nos moldes do capitalismo, que impulsionou a oferta do dinheiro por meio do crédito. Oliveira (2014) descreve bem esta dinâmica, introduzindo-a como algo que se formou a partir da criatividade humana e com vistas a fornecer ao mercado os recursos demandados, materializando o início da atividade bancária.

Tendo esta base capitalista se estruturando em meio à sociedade e os níveis de acesso aos recursos financeiros cada vez mais facilitados e crescentes, a tendência se voltou para uma maior complexidade dos serviços financeiros, desencadeada também por modificações tecnológicas, regulatórias e econômicas que ocorreram com o passar do tempo, conforme destacam Savoia, Saito e Santana (2007). Segundo os autores, essa dinâmica implica a necessidade das pessoas de se

buscar por conhecimento sobre o assunto, bem como em formas de se organizar melhor o dinheiro, o que configura a base para o termo Educação Financeira.

Com base neste cenário atual, pode-se dizer que mais do que nunca a Educação Financeira ganha importância e se apresenta como eixo fundamental a ser trabalhado na sociedade. Dos mais diferentes fatores que abrem espaço para essa tendência, alguns dos que se destacam são: novidades tecnológicas, maior acesso e diversidade de produtos e serviços financeiros, reformas previdenciárias, expectativa de vida mais elevada e assim por diante. Além disso, o contexto Brasil também abarca um elevado *spread* bancário — descrito pelo Banco Central do Brasil em seu glossário geral como a diferença entre a taxa cobrada pelo agente financeiro ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro; parcela da população com acesso limitado ao sistema financeiro e, ainda, traços de uma cultura que foi afetada por muitos anos de inflação elevada. (Banco Central Do Brasil, 2010).

A Educação Financeira também é relevante por se configurar como item fundamental para o pleno exercício da cidadania, uma vez que os conhecimentos possibilitados pela temática influenciam positivamente as pessoas em termos de planejamento de consumo, contratação e pagamento correto de dívidas e contribuição para a economia. Assim, a fluidez das relações comerciais em sociedade pode também ser impactada, já que consumidores conscientes tendem a diminuir o índice de inadimplência, proporcionar cenários de maior segurança para empresas que comercializam seus produtos e serviços e também estimulam a sua própria busca por objetivos, abrindo espaço para ir além de apenas pagar as contas no início do mês e direcionar o foco para o alcance de metas mais satisfatórias. (Banco Central Do Brasil, 2010; Fundação Instituto De Administração, 2025).

Por esse motivo é que o tema é tido como fundamental, pois também representa parte de uma conquista, que vai desde o consumo responsável por parte das pessoas e da poupança até a busca por investimentos que são feitos sem pensar apenas no presente. Assim, a integração das pessoas na economia, seu deslocamento social rumo a melhores condições de vida e o pleno exercício da cidadania passam a ser aspectos mais concretos. De modo geral, a educação financeira se desenvolve como parte fundamental para os indivíduos em seus processos de tomada de decisão e também de construção de riqueza. A partir destes moldes, pode-se abrir espaço para uma sociedade em que o desenvolvimento sustentável é realidade, trilhado dia após dia em rumo a caminhos de prosperidade

pessoal e de alcance de metas, possibilitando, assim, uma vida mais plena quando se trata de finanças pessoais (Banco Central Do Brasil, 2010).

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Conforme destaca Gasparotto (2018), o conceito de Planejamento Financeiro é amplo, pode variar de acordo com a concepção de cada pessoa e abrange diversas etapas distintas. Vale mencionar de antemão que o presente trabalho tem como foco o Planejamento Financeiro Pessoal, que se limita ao indivíduo em si e, no máximo, abrange também sua família; desconsiderando, portanto, as outras formas de planejamento que geralmente são aplicadas para outros tipos de organizações. Nesse sentido, para o âmbito pessoal, o autor descreve que a base de entendimento desta ideia consiste em três passos: organização financeira, definição de objetivos e seleção de ativos e outros instrumentos financeiros para alcançar o que foi estabelecido.

Ao trabalhar acerca da elaboração de orçamentos — extremamente relevantes no processo de planejamento financeiro — envolvendo famílias, Dall'agnol (2021) menciona que planejar, no contexto das finanças, indica “o quê” está sendo buscado ou quais metas são visadas por meio das ações empregadas. A partir disto, o autor prossegue explicando de maneira clara que “Planejamento significa “pensar” o que se quer como objetivos e planejar como serão os passos ou etapas e procedimentos a serem adotados para o alcance dos objetivos traçados.” (Dall'agnol, 2021, p. 180).

Para a CVM (2025, p. 262): “O planejamento financeiro é um processo que permite desenvolver estratégias para ajudar pessoas na gestão de assuntos financeiros visando alcançar seus objetivos de vida”. Desse modo, a organização destaca que qualquer pessoa com alguma dificuldade financeira ou mesmo aqueles que buscam o alcance de alguma meta envolvendo o dinheiro já estaria sujeito a construir um planejamento como este, pois permite dar direção e significado para as decisões.

Consoante a Dall'Agnol (2021), é possível observar a relevância apontada pelo Banco Central do Brasil (2013) em seu caderno de cidadania financeira de se ter previamente em mente os objetivos a serem alcançados. No documento citado, a condição principal para um bom planejamento é mencionada como a necessidade de se saber de antemão aonde se quer chegar. Além disso, tentar visualizar de alguma forma como seria a concretização do que foi definido também se configura como algo

importante, acompanhado da definição de metas que vão direto ao ponto, são fáceis de entender e bem definidas; para que possam ajudar no alcance de objetivos maiores.

Nessa mesma linha de raciocínio, torna-se relevante frisar a tamanha importância e ligação do orçamento e do planejamento financeiro, pois permitem ao indivíduo uma avaliação contínua do estado atual de suas finanças, definir prioridades, abrir espaço para uma forma independente de organização de previdência, melhor alocação de recursos e assim por diante (Banco Central Do Brasil, 2013; Gasparotto, 2018).

Para a elaboração de um Planejamento Financeiro, inúmeros modelos são apresentados, com diferentes etapas a serem seguidas. Nesse âmbito, tanto apresentações mais simples, porém funcionais, podem ser vistas quanto outras mais completas e abrangentes. Com quatro passos simples, por exemplo, é possível notar a Serasa Experian (2024) delimitando tal planejamento em: Saber quanto o indivíduo ganha e gasta, fazer um orçamento de todas as contas, definir metas e poupar. Outro exemplo de planejamento financeiro, mais robusto, foi apresentado por Schimith *et al.* (2014). Neste, é feita uma divisão em três etapas que consistem em Avaliação (com um diagnóstico financeiro), Formulação (considerando os objetivos financeiros, aspectos internos e externos) e Implantação (que abrange as ações a serem tomadas).

Em suma, o Planejamento Financeiro consiste em um ponto fundamental a ser trabalhado pelas pessoas para que seja possível organizar de maneira adequada suas finanças. Apesar de se apresentar, em alguns momentos, como algo complicado de se colocar em prática, esse instrumento é de suma importância não somente por viabilizar o controle por parte dos indivíduos de seus recursos monetários, mas também para que possam suprir suas necessidades, alcançar seus objetivos pessoais e, com isso, colocar em prática o alcance da estabilidade, bem-estar e realização ao longo da vida.

2.3 A ABORDAGEM COMPORTAMENTAL PERANTE A TOMADA DECISÕES DOS AGENTES INVESTIDORES

Segundo Pataro (2007), os seres humanos se diferem, e muito, uns dos outros por diferentes motivos. A autora trabalha a partir do entendimento de que, sim, os

indivíduos pensam de maneira diferente, e inclusive podem ter sua capacidade de pensar limitada em alguns momentos. A partir desse entendimento, seria possível destacar que as pessoas não só possuem crenças diferentes, mas também apresentam a tendência de agirem conforme estas e até mesmo observarem o mundo através das lentes que eventualmente podem ser impostas por meio delas. Com isso, as crenças vão além de apenas guiar as pessoas, mas também podem limitar estas ao que se entende como comum ou aceitável pelo indivíduo que as possui.

Apesar de não ter sido alvo do estudo mencionado delimitar com exatidão e de forma definitiva o que influencia o pensamento humano, a obra contribuiu para corroborar com a ideia de que são diversos os fatores que modificam o modo como as pessoas pensam e interagem. Nesse sentido, Pataro (2007, p. 148) também deixa claro que “as crenças pessoais, ao fazerem parte da individualidade do sujeito, passam a influenciar o próprio funcionamento mental, a organização do pensamento, atuando juntamente aos processos cognitivos”. Não se limitando apenas a isso, a autora ainda relata que a cultura tem papel igualmente relevante na construção da base de pensamento das pessoas, assim como outros fatores de ordem cognitiva ou afetiva.

Com base nesses pressupostos, Monteiro (2020) nos auxilia a entender que são amplas e diversas as variáveis que modificam o modo como os indivíduos pensam, bem como, considerando isto, definem objetivos e tomam decisões. A partir disso, entende-se que os fatores intrínsecos e extrínsecos de cada um afetam diretamente suas motivações e, como consequência, também suas metas, ambições e as diferentes deliberações e atitudes que serão tomadas com relação aos seus recursos financeiros. Assim, as motivações de cada um podem ser moldadas a partir do que entendem por dinheiro e também da relação que cada um tem com este, podendo se apresentar como algo que impulsiona positiva ou até negativamente nas ações tomadas e na busca pelos objetivos individuais quando se trata das finanças pessoais.

Seguindo esta ideia, infere-se que fatores como religião, idade, renda, expectativas futuras, disposição a correr riscos e assim por diante impactam na definição de objetivos e nas posteriores decisões a serem tomadas envolvendo as finanças de cada um (Monteiro, 2020; Oliveira, Bessa, 2020). Entre as diferentes bases consideradas pelas pessoas ao formar suas sentenças com o dinheiro, Neri, Carvalho, e Nascimento (1999) exemplificam através de seu estudo uma tendência

que geralmente se repete e tem como principal fator comum a idade dos decisores: pessoas com idade mais avançada usam mais a caderneta poupança e tem maior saldo total nesse tipo de aplicação, seja por que são mais conservadores com seus recursos ou apenas por não querer se envolverem nas inovações do mundo financeiro conforme estas se desenvolveram. Além desta menção, também é relatado no trabalho que um hábito comum é o de guardar recursos para o futuro, para garantir uma aposentadoria e continuidade de consumo em uma fase em que possivelmente a renda tende a diminuir. Este padrão, como esperado, é mais recorrente entre os jovens e o restante da população economicamente ativa.

Outro ponto relevante no que se refere aos aspectos pessoais dos indivíduos gira em torno de sua percepção com relação ao dinheiro e o uso deste no dia a dia. Esta noção traz à tona uma importante discussão: o consumo. Na atualidade o consumismo pode ser percebido de diferentes formas, mas geralmente associado a algo sem controle ou que ocorre por impulso. Segundo Bauman (2008), o consumo propriamente dito se resume ao ato de consumir, ou seja, adquirir ou obter algo para ser utilizado. Esta seria a forma mais básica e comum do consumo, presente inevitavelmente na vida de qualquer pessoa. No entanto, ao refletir sociologicamente sobre este conceito, o autor sugere o desenvolvimento de um “ponto de ruptura de enormes consequências”, que consistiu na mudança do consumo para o consumismo. Neste ponto, o consumo deixaria de ser visto como algo feito para atender às necessidades humanas e passaria a ser considerado a própria necessidade.

Para entender melhor, tem-se inicialmente que a necessidade estaria ligada ao que as pessoas precisam em sua forma básica, já o desejo diz respeito ao que as pessoas querem, mas não necessariamente precisam. O problema do consumismo, nesse sentido, se inicia a partir do momento em que esses conceitos se misturam, fazendo com que os indivíduos consumam itens sem que estes sejam realmente demandados. Parte deste impasse se dá por meio do marketing, que por vezes pode criar no consumidor uma necessidade artificial que antes não existia e que, na verdade, consiste em um desejo, o qual direciona para a compra (Fregni, 2016).

Ao tratar do consumo com vistas a trabalhar em torno do acúmulo de capital, Halfeld (2001) relata que na sociedade de consumo que se desenvolve atualmente é comum confundir os verbos precisar e desejar. Com isso, frases comuns são: “preciso de um carro novo, de uma viagem para o exterior, de roupas mais novas” e assim por diante. No entanto, o autor destaca que, para boa parte dos casos, o verbo desejar

deveria ser o utilizado, uma vez que representa algo de que os indivíduos não precisam de fato, mas apenas desejam consumir. Nesses termos, o autor ainda destaca que a dor sentida ao deixar de lado um consumo imediato, visando buscar por algo no longo prazo, seria um dos maiores impasses na construção de patrimônio.

Independente de se tratar de decisões de consumo, investimento ou quaisquer outras que tenham relação com o dinheiro, o fato é que os agentes são influenciados por fatores subjetivos e que envolvem não só a razão, mas também a emoção. Mesmo sendo capaz de se utilizar dessas duas bases para pensar, em muitos casos os seres humanos acabam adotando somente o âmbito emocional como prioridade para a tomada de decisão, o que não se caracteriza como um problema por si, mas que deve ser atentamente observado e, na medida do possível, equilibrado com o meio racional. (Banco Central Do Brasil, 2013).

Desse modo, em termos gerais é possível afirmar que os aspectos pessoais são indissociáveis e de extrema importância quando se trata do pensamento humano e tomada de decisão. No entanto, vale destacar que a maior parcela do que se tem nas bases cognitivas não é apenas adquirida pelo indivíduo em seu nascimento, muito menos imutável se este aprendeu algo na infância. A formação do indivíduo, assim como sua linha de pensamento — o chamado Mindset ou Mentalidade —, ocorre durante toda a vida, pois o cérebro tem grande capacidade de aprender e desenvolver novas conexões, permitindo que as pessoas aprimorem seus saberes por meio de vivências, de dedicação, de treinamentos e do esforço pessoal empregado para isso (Dweck, 2017).

Assim, considerando o contexto das diferenças inerentes e incrementadas pelos agentes ao longo de suas vidas, bem como a capacidade de moldar seus conhecimentos e a forma como tomam decisões, retoma-se a grande relevância existente na busca e disseminação da Educação Financeira, além da necessidade de cada decisor dedicar tempo para o autoconhecimento e a delimitação clara de seus objetivos. A partir dessa base, e do aperfeiçoamento contínuo, abre-se caminho para um planejamento financeiro adequado e para um processo decisório eficaz visando o atingimento das metas financeiras pessoais de cada um (Oliveira; Bessa, 2020).

2.4 POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS

O termo investimento, assim como diversos outros conceitos dentro da Educação Financeira, pode ter diferentes definições a depender do ponto de vista ou

contexto em que é empregado. Gitman (2010), trabalha com o termo relacionando este à atividade empresarial e, nesse sentido, o define como o direcionamento de recursos feitos por uma empresa, através de capital que agregue valor, visando alcançar maiores retornos financeiros. De forma mais ampla, Bodie, Kane e Marcus (2014, p. 1) definem investimentos como “o comprometimento de dinheiro ou de outros recursos no presente com a expectativa de colher benefícios futuros”. Mais diretamente, Cerbasi (2015, p. 131) indica que “investir é multiplicar suas reservas financeiras”. Tendo em vista o foco do presente trabalho nas finanças pessoais, estes últimos conceitos serão considerados para a listagem e breve descrição das diferentes opções a seguir, que estão disponíveis no contexto brasileiro. Vale a ressalva de que alguns ativos podem não ser considerados como investimento por alguns autores. Porém, novamente, será tomado por base que muitos itens, apesar desta falta de enquadramento, são comumente utilizados atualmente com vistas a se obter retornos financeiros — o que reafirma a ideia de investimento adotada na presente produção.

Assim, as diferentes opções de investimento apresentadas a seguir foram selecionadas levando em conta a ideia geral de investimento, bem como sua popularidade entre as pessoas que investem de forma não profissional. Isto se resume ao pontuar que este perfil de investidor busca por formas simples, acessíveis e práticas de se aplicar seu dinheiro, deixando de lado a necessidade de se direcionar muito tempo para as operações, grandes volumes financeiros ou mesmo um conhecimento mais profundo sobre a área. Vale destacar, nesse sentido, que existem inúmeras outras alternativas para se fazer aplicações na atualidade, inclusive no exterior e que podem ser acessíveis aos indivíduos mesmo sem estes precisarem sair do país. No entanto, tendo por base o atendimento dos itens acima pontuados, estas foram deixadas de lado neste levantamento.

2.4.1 Renda fixa

Conforme o Banco Central Do Brasil (2013), investimentos de Renda Fixa tem sua remuneração definida no momento da aplicação, ou seja, são remunerados de maneira que o investidor pode ter uma ideia de quanto vai receber ao aplicar nesta modalidade. Nesse caso, a taxa de juros (que remunera o título) pode ser determinada em valor exato no ato da compra (chamada prefixada) ou mesmo pode estar vinculada a um indexador que varia com o tempo (pós-fixada). Investimentos em Renda Fixa

geralmente estão associados a um risco menor, e conseqüentemente rentabilidade menor (BRASIL, 2024). Os principais ativos nesse agrupamento vão ser brevemente apresentados abaixo.

2.4.1.1 Caderneta de poupança

A caderneta de poupança é um tipo de conta bancária destinada à aplicação de recursos com o objetivo de obter rendimentos mensais. Nesse caso, os rendimentos são mínimos, o risco tende a ser muito baixo e a liquidez alta. Por este motivo, em algumas ocasiões a caderneta de poupança pode ser vista apenas como uma forma de guardar o dinheiro poupado, e não de buscar por retornos realmente atrativos (Bodie; Kane; Marcus, 2014; Caixa Econômica Federal, s.d).

2.4.1.2 Títulos públicos

Um título público é um título que o governo emite para financiar suas atividades, sendo este considerado um dos tipos de investimento mais seguros. No caso do Brasil, esta modalidade se apresenta principalmente através do chamado Tesouro Direto, um programa criado pelo governo brasileiro através do Tesouro Nacional, um órgão integrante do Ministério da Fazenda. Na prática, o investidor pode adquirir pela internet os títulos, seja por meio de uma instituição financeira intermediária ou mesmo diretamente no portal do programa (Escola Nacional De Administração Pública, s.d). Por serem emitidos pelo governo e terem garantia feita pelo Tesouro nacional, Zero (2013) destaca que “Títulos públicos são considerados os ativos de menor risco da economia de um País”.

2.4.1.3 Certificados de Depósito Bancário

Semelhante ao item anterior, o CDB, ou Certificado de Depósito Bancário também é uma espécie de título de dívida. No entanto, este, por sua vez, se refere a um título emitido por uma instituição financeira para levantar recursos através dos clientes ou demais compradores dos títulos (Cerbasi, 2013). De maneira objetiva, Assaf Neto e Lima (2018, p. 51), explicam isto ao descrever que, quando alguém decide investir em CDBs, “na verdade está emprestando seu dinheiro, por um certo prazo, em troca de uma expectativa de retorno financeiro”.

2.4.1.4 Letras de crédito

Letras de crédito funcionam de maneira similar aos CDBs, com a emissão de um título por parte de instituições financeiras visando a captação de recursos e um posterior “prêmio” aos agentes que realizarem a compra dos títulos. A diferença, neste caso, consiste no fato de os recursos captados através das letras de crédito terem uma destinação específica de acordo com o tipo do título. Por exemplo: para Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), os valores captados são direcionados para financiamentos imobiliários, para Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), o montante é destinado ao agronegócio e assim por diante. Existem diversos tipos de letras de crédito, sendo, no entanto, estes dois os mais comuns a serem buscados por pessoas físicas (Cerbasi, 2013; CVM, 2022).

2.4.1.5 Debêntures

Uma debênture se traduz em um título que representa uma dívida, sendo que quem investe nessa opção adquire um direito de crédito, conforme descreve a B3 S.A (s.d). Nesse caso, o título seria emitido por empresas de natureza jurídica de Sociedade Anônima (S.A) com vistas a levantar recursos para pagar dívidas ou financiar projetos específicos. Da mesma forma, Rovai (2018) faz menção às debêntures como títulos que uma sociedade anônima emite para poder obter recursos. Assim, tal instrumento representaria uma promessa de pagamento em um contrato mútuo, sendo que cada debênture caracteriza uma parcela ou fração desse contrato, e quem adquiriu o título teria o direito de recebimento diante da empresa que realizou sua emissão.

2.4.1.6 Certificados de recebíveis imobiliários e agrícolas

De modo semelhante às LCIs ou LCAs, os Certificados de Recebíveis também podem estar vinculados à atividade imobiliária (no caso dos CRIs) ou agrícola (para os CRAs). No entanto, a diferença consiste na forma como são emitidos e o destino dos recursos captados. Nesse tipo de título, a disponibilização também pode ocorrer com o auxílio de instituições financeiras, mas sua emissão ocorre por parte de se securitizadoras. Quanto aos valores adquiridos, estes são utilizados para financiar as transações propriamente ditas envolvendo setores supracitados (B3 S.A, s.d; CVM, 2021).

2.4.2 Renda Variável

Quando se trata de Renda Variável, pode-se dizer que o mercado de ações é um dos mais conhecidos no Brasil. No entanto, diversas outras opções também estão disponíveis. O ponto central nesta modalidade está na incerteza. As opções de Renda Variável trazem consigo um maior risco, uma vez que a remuneração para estes itens não pode ser prevista nem mesmo mensurada de forma simples no momento da aplicação (Banco Central Do Brasil, 2013).

Nesse sentido, os títulos de renda variável têm seus rendimentos calculados a partir do desempenho da organização que os emitiu, ou seja, das companhias, e da oferta e procura desses ativos no mercado. Assim, este tipo de aplicação não traz nenhum tipo de garantia de retorno ao investidor (Assaf Neto; Lima, 2018).

2.4.2.1 Ações

Conforme relatado, o mercado de ações é um dos mais buscados pelas pessoas quando se trata da procura por rendimentos mais elevados nos investimentos. Halfeld (2001, p. 35), define ações como sendo “títulos negociáveis, que representam parcela mínima do capital de uma empresa”. De modo parecido, Cerbasi (2013) descreve o ato de que “comprar ações é adquirir o direito de participar do sucesso – e também do insucesso – de empresas que optaram por abrir seu capital a investidores anônimos”. Assim, os investidores que optarem por comprar uma parcela dessas empresas (suas ações), estarão sujeitos tanto à valorização quanto à desvalorização desses papéis, bem como aos recebimentos de eventuais proventos que possam ser distribuídos pelas companhias.

2.4.2.2 Brazilian Depositary Receipts

A sigla BDR (do inglês) remete a *Brazilian Depositary Receipts*, que significa, na tradução livre, Recibos de Depósitos Brasileiros. Na prática, este é um título que remete a certificados de depósito de valores mobiliários, e consiste conforme definição da CVM (Brasil, sd) em “valores mobiliários emitidos e negociados no Brasil que representam outro valor mobiliário negociado no exterior”. Assim, se materializam como títulos disponíveis no Brasil que permitem o investimento em empresas do exterior. Gomes (2022), descreve que esse tipo de ativo não somente representa um valor mobiliário como é de fato um valor mobiliário, pois é um ativo negociado

normalmente no mercado de capitais nacional, porém que se difere por representar outro título que é negociado fora do país.

2.4.2.3 Fundos De Investimento Imobiliário

Os Fundos de Investimento Imobiliários, também conhecidos por sua abreviação FIs, tem semelhança com o mercado acionário por permitir que o investidor seja, de certo modo, proprietário de uma pequena parcela de um ou mais empreendimentos. Desta vez, os empreendimentos em questão se materializam na forma de imóveis ou de outros recebíveis do mercado imobiliário. Em vez de adquirir uma ação, nos FIs quem investe está adquirindo uma cota de participação, a qual também dá o direito de recebimento de rendimentos mensais (Bodie; Kane; Marcus, 2014; Cerbasi, 2013).

2.4.2.4 Exchange Traded Funds

Exchange Traded Fund (ETF), ou Fundo de Índice, é uma espécie de fundo de investimento que é negociado na Bolsa de Valores de modo semelhante ao de uma ação convencional. A novidade desses papéis está no fato de que estes geralmente replicam seu retorno com base em algum índice conhecido, como é o caso de alguns exemplos como o intitulado BOVA11 (um ETF de um fundo que replica o IBOVESPA — índice que reúne as principais ações da Bolsa de Valores no Brasil) e do IVVB11(ETF que replica o S&P500 — índice formado pelas 500 maiores ações dos Estados Unidos). Existem vários tipos de ETF, sendo que esse tipo de ativo pode replicar inúmeros outros tipos de índice que estão associados a outros tipos de investimento, como ETFs de renda fixa, de moedas, de Commodities e assim por diante (Bodie; Kane; Marcus, 2014; B3 S.A, s.d).

2.4.2.5 Criptomoedas

Apesar de alguns impasses quanto ao enquadramento das criptomoedas como investimentos, é válido ter em mente que na sociedade atual a negociação deste tipo de ativo é feita com viés de se obter lucros, ou seja, um retorno com base em um valor investido. Nesse sentido, Stella (2017) delimita a criptomoeda como um tipo de ativo negociado em meio digital, que tem sua própria unidade de conta e circula de forma descentralizada no mercado, tanto em termos de emissão quanto transação. Com

isso, tal aplicação não teria registro ou validação feita por alguma parte intermediária e seria assegurada por meio de criptografia e consenso em rede.

Dessa forma, ao considerar as criptomoedas como algo que pode ser adquirido e posteriormente liquidado, o termo investimento pode incluir este ativo, conforme destaca Lima (2021) ao relacioná-lo com o dólar. O autor sugere que qualquer despesa feita por uma entidade que possibilite um eventual incremento no capital posteriormente poderia ser entendida como investimento até que fosse liquidado. Assim, comprar criptomoedas visando obter retornos por meio da sua valorização seria uma lógica semelhante à praticada quando se compra dólar em momentos em que existe alguma expectativa de valorização desta moeda.

2.4.3 Outras Opções

Ademais, é importante frisar que existem inúmeras e variadas opções disponíveis quando se pensa na definição ampla de investimento, cada uma com características próprias e finalidades distintas. No entanto, quando se pensa nos ativos adquiridos pela pessoa física, visando incrementar sua renda, formar capital ou somente obter um retorno maior para utilizar os lucros em algum projeto em específico, muitos tipos de investimentos acabam sendo deixados de lado. Isto ocorre pois, em muitos casos, as pessoas não têm recursos suficientes para aplicar, não estão dispostas a lidar com a complexidade envolvida, não têm tempo adequado para acompanhar as operações e entre outras motivações (Anbima, 2024).

Nesse sentido, ativos menos comuns para pessoas que buscam investimentos de forma incremental e não profissional não foram abrangidos nesta breve listagem acerca das possibilidades de investimentos. Ao exemplo destes itens, pode-se citar imóveis e empreendimentos físicos, o mercado de derivativos, de commodities, de câmbio direto etc. Ainda assim, existe uma opção mais simples de se ter acesso a esses variados tipos de ativos.

Como solução para estas questões, uma opção interessante e que foi parcialmente comentada (no caso dos FII's e ETFs) em outro item são os Fundos de Investimento. Nesta modalidade, muitas das opções anteriormente listadas e outras não apresentadas neste trabalho podem ser abrangidas, uma vez que esse tipo de ativo pode fazer aplicações em praticamente todas elas. De maneira simples, Fundos de investimento, conforme Santos e Lins (2019), podem ser entendidos de maneira

mais simples como a junção de determinada quantia de dinheiro vindo de pessoas e empresas para que seja usado em investimentos, sendo um grupo de pessoas responsável por controlar os recursos e as aplicações feitas nesse fundo.

Basicamente, os fundos reúnem capital para que este seja aplicado por um ou mais gestores do fundo. Por conta da facilidade em apenas adquirir o título e as demais decisões serem tomadas por outras partes, os investidores que aplicam nesta modalidade podem ter que pagar uma taxa de administração ou de performance sobre os retornos obtidos no fundo. De todo modo, os fundos de investimento ainda se apresentam como alternativa diversificada e interessante, podendo atender a variados tipos de investidores. Alguns dos tipos de fundo mais comuns são: Fundos de Renda Fixa, Fundos de Ações, Fundos Multimercado, Fundos Cambiais e até mesmo Fundos de Fundos (Cerbasi, 2013).

3 METODOLOGIA

Esta seção tem como finalidade descrever os procedimentos adotados em termos de metodologia de pesquisa para a realização do presente estudo, de modo a facilitar a compreensão das características gerais e das etapas envolvidas na condução do trabalho.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Apesar de propor sugestões sobre a tomada de decisões financeiras e formar uma base que pode ser utilizada em termos de coleta de informações, esta pesquisa não prossegue com a execução prática destes itens e posterior mensuração de resultados, como a partir da aplicação do estudo em um grupo de indivíduos, por exemplo.

Por esse motivo, o presente trabalho se caracteriza por natureza básica, também chamada de fundamental ou pura, pois está principalmente relacionado à ampliação dos conhecimentos sobre o tema proposto, consoante ao que sugere Gil (2019, p. 26) ao relatar que este tipo de construção “busca o progresso da ciência, procura desenvolver conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas.”

Em termos de abordagem, tem-se para esta pesquisa a ênfase qualitativa, já que visa destacar a influência da educação financeira no comportamento dos agentes, e quanto ao caráter consiste em exploratório e descritivo, uma vez que a construção foca em entender fenômenos (comportamentos, dificuldades, decisões) e propor estratégias baseadas em conceitos teóricos. Para isso, o procedimento central utilizado para possibilitar a coleta de informações foi a pesquisa bibliográfica, que, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 176), consiste em “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

3.2 FONTE DOS DADOS

As informações utilizadas foram levantadas com base na leitura de obras que tratam dos temas educação e princípios em finanças, planejamento financeiro, decisões de investimento e correlatos. As respectivas obras incluem livros, artigos,

apostilas e outros materiais semelhantes, sendo estes buscados em bibliotecas e livrarias físicas e digitais, bases de dados científicas e repositórios de instituições públicas e privadas. Os critérios de seleção dos trabalhos mencionados estão descritos a seguir.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Com vistas a simplificar a busca pela resposta do problema de pesquisa e atender os objetivos definidos, a análise dos dados e informações levantadas nesta pesquisa foi feita a partir dos seguintes pontos: levantamento das fontes, agrupamento temático, discussão apoiada nas fontes, fichamento, síntese e aplicações. Os procedimentos adotados em cada etapa estão descritos a seguir.

O levantamento das fontes foi realizado a partir de buscas por obras considerando: a abordagem das palavras-chave educação financeira, planejamento financeiro, investimentos e decisões financeiras; a recorrência de discussões que se voltam para o aconselhamento financeiro no decorrer dos textos; a relevância do material para o objeto de estudo; o encaixe dos itens como livros de ampla aceitação, trabalhos com caráter científico ou o reconhecimento do autor ou da instituição envolvidos na publicação dos demais materiais; a disponibilidade das fontes para leitura integral e o acesso a estas em versões redigidas na língua portuguesa.

Para o agrupamento temático das fontes, foi utilizado como auxílio uma aplicação denominada Zotero, que consiste em um software gerenciador de referências bibliográficas que permite unir os materiais em um único espaço e facilitar a leitura e consolidação das informações principais de cada item. Assim, os materiais encontrados foram organizados a partir dos seguintes eixos temáticos, sendo selecionados conforme tratam dos assuntos ao lado indicados ou de outros relacionados ao tema principal: Educação e Princípios em Finanças (conceitos, papel social, importância, impacto, lições, etc.); Planejamento Financeiro (orçamento pessoal, controle de gastos, definição de objetivos, estratégias, etc.) e Decisões de Investimento (tipos de investimentos, perfil do investidor, risco e retorno, dicas para investir, etc.).

É importante destacar que muitos dos materiais, por conveniência com a área trabalhada, tratam simultaneamente de mais de um tema e, por vezes, podem tratar até mesmo dos três temas mencionados. Apesar disso, na etapa de agrupamento,

itens que tratam de mais de um tema não foram listados de forma “duplicada” para cada eixo, mas apenas naquele em que se fez mais contributivo para a argumentação. Nesse mesmo sentido, para não prolongar a discussão acerca dos assuntos de maneira prolixa na etapa posterior (discussão a partir dos materiais), apenas as fontes entendidas como mais relevantes e que corroboram de maneira mais direta a discussão de cada ponto foram utilizadas, de modo a evitar o emprego de todas as fontes para a discussão de cada um dos temas e levar a repetição exaustiva, com a utilização de materiais em excesso para tratar de ideias muitas vezes semelhantes.

Na discussão baseada nas fontes, os itens selecionados foram examinados com vistas a serem usados para embasar as relações entre os temas, identificar posicionamentos, dicas, contribuições e outros pontos relevantes que estão presentes nas obras. As observações acerca de cada assunto com base na respectiva fonte foram feitas textualmente, para posterior compilação.

Como forma de compilar e possibilitar uma melhor observação dos pontos principais em cada trabalho, foi utilizada a técnica de fichamento, que permite acessar de maneira facilitada as informações mais relevantes em cada documento (PRODANOV; FREITAS, 2013). Essa técnica foi melhor implementada a partir do uso do já mencionado software Zotero, que facilitou o agrupamento das informações e abriu espaço para que a prática do fichamento fosse aplicada com o uso de quadros, de modo que os dados fossem apresentados em conjunto e fosse possível comprimi-los para melhor otimização do espaço. Os quadros trazem as informações de cada obra em suas linhas, sendo as colunas usadas para os seguintes elementos: título da obra, autoria, contribuições e comentários, que foram preenchidos de modo a caracterizar cada um dos materiais e seu respectivo uso no presente trabalho.

Por fim, de modo a sintetizar as ideias, a análise das fontes encerra a partir da discussão dos principais e mais recorrentes pontos abordados nas obras com relação ao que foi discutido. Com isso, o foco é integrar as principais dificuldades enfrentadas pelos indivíduos com as respectivas contribuições dos autores sobre o tema em questão, de modo a responder ao problema de pesquisa e atender aos demais objetivos propostos no trabalho, formando uma base de informações e sugestões sobre os assuntos abordados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da busca das fontes seguindo os critérios mencionados na metodologia, foram levantados mais de 40 itens que poderiam ser usados considerando o atendimento dos critérios estabelecidos. Apesar de todos se apresentarem como opções interessantes para enriquecer a análise, foram selecionadas 26 opções, considerando maior abrangência, relevância, credibilidade e imparcialidade para que melhor servissem de base para as discussões. A partir desses materiais, fez-se o agrupamento temático, que teve por objetivo não limitar, mas facilitar a relação entre cada obra e o tema melhor abrangido pelo conteúdo nela contido. Abaixo estão listados os materiais e os temas que melhor são trabalhados por cada um, sendo que ao final deste trabalho (na etapa de fichamento) estão descritas as principais contribuições de cada item.

Quadro 1 – Lista de materiais agrupados por tema

(continua)

Tema	Tipo Do Material	Título	Autoria
Educação e princípios em finanças	Caderno / Apostila	Caderno De Educação Financeira - Gestão De Finanças Pessoais	Banco Central Do Brasil
	Artigo	Educação Financeira: Um Estudo Sobre A Sua Importância Na Gestão Pessoal	Bruno Araujo Bispo da Silva e Jamir Mendes Monteiro
	Livro	Finanças Pessoais Para Iniciantes	Natalya de Almeida Levino e Anderson Moreira Aristides Santos
	Livro	O investidor inteligente	Benjamin Graham
	Livro	Os Segredos Da Mente Milionária	T. Harv Eker
	Livro	Pai rico, pai pobre	Robert T. Kiyosaki
	Livro	7 segredos para investir como Warren Buffet: um guia simples para iniciantes	Sean Seah e Mary Buffett
	Livro	12 meses para enriquecer: o plano da virada	Marcos Silvestre
	Livro	O homem mais rico da Babilônia	George S. Clason
	Livro	Independência Financeira: O Guia Do Pai Rico	Robert T. Kiyosaki e Sharon L. Lechter
Planejamento Financeiro	Livro	Planejamento Financeiro Pessoal	Apimec e CVM
	Livro	Como Organizar Sua Vida Financeira: Inteligência Financeira Pessoal Na Prática	Gustavo Cerbasi

(conclusão)

	Livro	Guia Prático De Economia E Finanças	Osias Santana de Brito
	Livro	Como Cuidar De Suas Finanças Pessoais	André Massaro
	Artigo	O Impacto Do Planejamento Financeiro Na Qualidade De Vida: Fatores, Benefícios E Recomendações	Pamela Caetano dos Santos, Paola Machado França e Valquiria Constancio Batista
	Artigo	Planejamento Financeiro Pessoal Como Uma Alternativa Para Maior Crescimento E Estabilidade	Mauricio dos Santos Alves
Decisões De Investimento	Livro	Análise De Investimentos: Histórico, Principais Ferramentas E Mudanças Conceituais Para O Futuro	Apimec Brasil
	Livro	Avaliação De Investimentos	Aswath Damodaran
	Livro	Criando riqueza: um guia prático de investimentos e finanças pessoais para leigos	Olivia Alonso
	Livro	Decisões Financeiras E Análise De Investimentos: Fundamentos, Técnicas E Aplicações	Alceu Souza
	Livro	Finanças Pessoais – Estratégias De Investimentos	Diovane José Pereira
	Livro	Investimentos Inteligentes	Gustavo Cerbasi
	Livro	Investimentos: Como Administrar Melhor Seu Dinheiro	Mauro Halfeld
	Livro	Planeje Seu Futuro Financeiro	Lilian Massena Gallagher
	Livro	O jeito Warren Buffett de investir	Robert G. Hagstrom
	Livro	Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho	Thiago Nigro

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Considerando que a discussão inicial acerca dos temas Educação e Princípios em Finanças, Planejamento Financeiro e Decisões de Investimento (a partir do que foi introduzido ao se revisar sobre a abordagem comportamental e sua relação com as decisões) já foi apresentada anteriormente, com menção dos conceitos e breve base histórica, os itens a seguir tem por foco ampliar as discussões de cada tema. Isto ocorre para possibilitar um melhor entendimento acerca de como a Educação Financeira auxilia de fato no planejamento e nas decisões financeiras e de investimento, viabilizando o alcance dos objetivos propostos no presente trabalho.

Vale mencionar, novamente, que grande parte das obras tratam de mais de um tema, mas nem todas foram selecionadas para discutir sobre cada assunto visando evitar a prolixidade e certa extensividade que não se faz necessária, uma vez que se baseando em parte dos materiais as ideias já podem ser entendidas.

4.1 EDUCAÇÃO E PRINCÍPIOS EM FINANÇAS

A presente seção tem por objetivo iniciar as discussões baseadas nas fontes a partir de aspectos relacionados à educação financeira, sua relevância para a tomada de decisão e alguns dos mais recorrentes princípios que podem melhor orientar o comportamento dos indivíduos diante do uso de seu dinheiro.

4.1.1 O Papel Social Da Educação Financeira

Pode-se dizer que os eixos cultural e social são fatores de grande relevância e podem moldar a relação das pessoas com suas finanças. Apesar de ser nítida a compreensão de que o mundo se torna cada vez mais complexo, como observado por Savoia, Saito e Santana (2007), é percebido que o nível de educação financeira das pessoas não se aprimorou no mesmo ritmo, conforme descreve o Banco Central Do Brasil (2013, p. 11), ao relatar que

A ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação.

Nesse sentido, temos apenas um exemplo de como os conhecimentos em termos de como usar o dinheiro corretamente pode impactar as pessoas. O porquê desta dinâmica de defasagem envolvendo a educação financeira passa a ser melhor entendido justamente quando observamos o contexto social e cultural em que o brasileiro está envolvido.

Não é comum que se fale nas escolas de forma direcionada sobre a gestão das finanças, o que faz com que se forme grande lacuna desses conhecimentos nos jovens (Silva *et al.*, 2023). Essa tendência também é apontada por Kiyosaki (2018 p. 2) logo na contra-capá de um de seus livros, quando cita que “A principal razão pela qual as pessoas têm problemas financeiros é que passaram anos na escola, mas não aprenderam nada sobre dinheiro”.

Além disso, para além da escola, em outros tipos de organização, tanto formais quanto informais, não é comum que se ensine sobre a educação financeira, como em empresas ou mesmo entre as famílias. Não obstante, por mais que esta situação esteja mudando aos poucos e seja possível notar melhoras, ainda não há uma cultura bem difundida de se buscar individualmente o conhecimento sobre finanças pessoais,

às vezes até pelo fato de algumas pessoas acreditarem que já sabem o que precisam para cuidar dos seus recursos, o que faz com que esse cenário permaneça nos indivíduos mesmo após a fase adulta (Banco Central Do Brasil, 2013).

Nesse mesmo sentido, Kiyosaki (2018, p. 104) faz uma analogia ao mencionar que pessoas que vivem suas vidas sem uma boa instrução financeira tratam de suas finanças sem uma base adequada, como se tentassem construir grandes prédios em uma fundação que comporta apenas uma pequena casa: “Como as crianças saem da escola com uma educação financeira deficiente, entram na vida adulta perseguindo o Sonho Americano, mas acabam se afundando em dívida”.

A partir dessa ausência, os indivíduos passam a se relacionarem com o dinheiro de modo inconsciente e, muitas vezes, prejudicial. A falta de conhecimento nessa área pode ocasionar impulsividade, escolhas não pensadas e, assim, inúmeras complicações nas vidas das pessoas, como descrito anteriormente. Assim, o papel social da educação financeira se mostra como a formação da base de conhecimento necessária para contribuir com uma melhor gestão financeira pessoal, que auxilia no atingimento de objetivos e a tornar a vida dos cidadãos mais tranquila e equilibrada, ao ponto de criar certa independência financeira e o dinheiro não ser mais uma preocupação (Banco Central Do Brasil, 2013; Kiyosaki, 2001).

4.1.2 Educação Financeira Como Ferramenta Para Tomada De Decisão

A educação financeira e seu papel social, descrito anteriormente com o sentido de formar um alicerce de conhecimentos, se mostram como fundamentais para que os indivíduos possam tomar decisões embasadas com relação a suas finanças. Com base nisso, tem-se como evidente a necessidade de se desenvolver tais conhecimentos desde cedo, possibilitando que as pessoas passem a lidar com seu dinheiro de forma adequada e responsável ainda enquanto são jovens. Essa dinâmica abre espaço para que os impactos positivos advindos da instrução sobre finanças sejam notados o quanto antes e, assim, possibilitem uma melhora na vida das pessoas em diversos aspectos, desde a tomada de decisão até a estabilidade financeira em geral (Silva; Monteiro, 2023).

A partir desta noção de extrema necessidade de se ter contato com a educação financeira o quanto antes, pode-se entender que, com isso, a maior parte das decisões que envolvem dinheiro e são tomadas pelos indivíduos terão por base um

conhecimento maior, evitando, assim, diversos problemas que estão associados a escolhas arbitrárias ou que são feitas por impulso. A base lógica que fundamenta esse contexto está no fato de que, mesmo sem dedicar uma quantidade enorme de tempo para se pensar nas situações abarcadas pelas finanças, as pessoas ainda assim podem ter bons resultados, já que seus pensamentos guiam suas ações, e aqueles, por sua vez, são guiados pelo subconsciente, que é moldado a todo tempo a partir da aprendizagem e das experiências de cada um (Harv, 2021).

Além disso, é importante dizer que a instrução sobre o dinheiro não serve apenas para que o subconsciente das pessoas se torne mais eficaz em guiar as decisões de forma não pensada. Este já é um ponto positivo, considerando que boa parte da população não reserva um tempo para raciocinar sobre sua vida financeira. No entanto, a relevância da educação financeira se torna ainda mais evidente ao se pensar nas portas que abre para melhorar ainda mais os resultados dos que a buscam. Isso se dá ao exercitar a capacidade de decidir de forma consciente, evitando depender apenas do subconsciente — que tende a dar mais espaço a fatores emocionais. Nesse sentido, é mais produtivo buscar conhecimento na área das finanças não apenas para minimizar os riscos envolvidos nas decisões inconscientes, mas para que cada agente tenha os saberes necessários para exercer com consciência e segurança seu papel de tomador de decisões (Harv, 2021; Levino, Santos, 2019).

Em termos gerais, a instrução nessa área está intimamente ligada a um melhor condicionamento das pessoas, seja em termos teóricos ou práticos. Conforme os conselhos de um sábio presente no livro *O homem mais rico da Babilônia* (Clason, 2017), esta seria uma das mais importantes lições a serem aprendidas por quem busca por mais dinheiro, pois cultivar as aptidões individuais, buscar conhecimento, aprimorar suas habilidades e assim por diante são alguns dos pontos que possibilitam que as pessoas adquiram autoconfiança e, com isso, possam alcançar seus desejos. De modo semelhante, (Graham, 2016) descreve que o comportamento de quem investe em si é de maior importância do que o que ocorre com os investimentos de fato, pois é a partir das reações do investidor que os resultados podem ser modificados. Nesse contexto, segundo o autor, é que a necessidade de se desenvolver constantemente surge, em especial no que diz respeito à confiança, paciência, disciplina e coragem; comportamentos que estão melhor associados a pessoas que se instruem bem financeiramente.

Com base nisso e nos contextos discutidos anteriormente, cabe destacar que a educação financeira é primordial quando se trata da tomada de decisão envolvendo as finanças pessoais. É por meio da instrução que as pessoas podem construir mais confiança e autonomia para tomar decisões embasadas e, por meio do conhecimento adquirido, melhorar as condições para que bons resultados sejam alcançados. Dessa forma, os agentes podem deixar de pensar apenas no presente ou considerar somente suas emoções em suas escolhas — sejam estas com relação a poupança, consumo, investimento ou correlatos —, mas constroem um senso crítico e uma preocupação benéfica para seu horizonte financeiro, trazendo, com isso, melhores chances de uma vida tranquila no futuro (Banco Central Do Brasil, 2013; Silva; Monteiro, 2023).

4.1.3 Princípios em finanças

A constante cobiça por melhores resultados nas finanças pessoais leva as pessoas a buscarem por inúmeras formas de se conseguir um pouco a mais de dinheiro. Esta tendência não é novidade e tampouco isolada em termos globais. Apesar de mais comum no ocidente, ter mais dinheiro geralmente é algo buscado por todas as pessoas, considerando que isso pode ajudar a ter melhores condições de vida. Apesar da existência de diferentes visões acerca do dinheiro e de inúmeras discussões sobre o tema, sejam elas com tom positivo ou negativo, há um ponto que dificilmente é negado: a importância dele para as pessoas. A partir disso, diferentes formas de se lidar com os recursos financeiros surgiram, ao passo que a sociedade evoluiu (Ferguson, 2009; Ferreira, 2021).

Considerando esse cenário, tem-se que uma quantidade enorme de estratégias passaram a ser empregadas pelas pessoas visando obter melhores resultados com seus recursos financeiros. Algumas estratégias deram certo, outras não; mas o fato é que aquelas que traziam bons frutos aos seus praticantes tinham a tendência a se difundirem e passarem a ser aplicadas por mais pessoas (Housel, 2021). Assim, de acordo com a utilização e consolidação de algumas práticas como mais produtivas em relação às demais, alguns princípios foram sendo entendidos como adequados, os quais não representam estratégias propriamente ditas ou ideias de investimentos, mas bases, padrões, fundamentos e assim por diante; os quais tendem a ser utilizados como forma de aconselhamento no mundo das finanças. Desse modo, alguns dos

mais importantes e recorrentes princípios contidos nas obras escolhidas para o presente trabalho estão descritos a seguir, bem como os materiais que os contém.

Uma das bases em finanças não trata de forma direta sobre investimentos, mas do que pode ser considerado um passo fundamental a ser seguido antes de qualquer decisão envolvendo o dinheiro: saber equilibrar razão e emoção. Isso implica em tomar decisões de forma pensada e não apenas por impulso, o que reflete também a relevância em se diferenciar necessidade e desejo, conforme relatado no início do presente trabalho. Nessa mesma linha de pensamento, tem-se que dar mais espaço à razão tende a ser mais produtivo, mas saber integrar os dois aspectos é necessário para se alcançar também certa satisfação com os resultados das decisões (APIMEC Brasil; CVM, 2025; Banco Central Do Brasil, 2013; Graham, 2016; Hagstrom, 2019; Harv, 2021).

Com essa mesma ideia de se ter equilíbrio nas finanças, uma importante base para a vida financeira das pessoas é se atentar para que as despesas nunca sejam superiores às receitas considerando o uso dos recursos financeiros que cada um tem disponível. Assim, evitar endividamentos não planejados, gastar de forma inteligente, diminuir desperdícios e economizar no que for possível são práticas que ajudam a fazer com que as entradas de dinheiro sejam maiores do que as saídas e, assim, o saldo nas finanças dos decisores seja sempre positivo (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2016; Kiyosaki; Lechter, 2001; Seah; Buffett, 2021; Silvestre, 2010).

Apesar de parecerem princípios simples de se implementar, ambos os itens citados acima podem implicar dificuldades ou resistências para quem tenta praticá-los. Assim, de modo a motivar as pessoas e permitir que estas possam conseguir melhores chances de êxito no que foi apresentado, outro fundamento importante surge, o qual consiste em se ter objetivos financeiros claros em mente sempre que se está lidando com o dinheiro. Com isso, tanto uma simples decisão de consumo quanto um planejamento mais elaborado podem ser melhor guiados quando o decisor sabe o que de fato está buscando, seja no curto, médio ou longo prazo. Da mesma forma, a definição de metas mensuráveis para se alcançar tais objetivos também é importante, já que permite um acompanhamento mais preciso de como está o caminho até se alcançar o que foi proposto (Banco Central Do Brasil, 2013; Harv, 2021; Kiyosaki; Lechter, 2001; Levino; Santos, 2019).

Com base no que foi descrito até esse momento, pode-se dizer que alguns dos passos mais relevantes nas finanças não dizem respeito a formas de se conseguir

grandes quantidades de dinheiro, melhores opções para se multiplicar o patrimônio e assim por diante; mas tratam, na realidade, de se deter ao que está no alcance e mudar comportamentos. Dessa forma, seria possível até mesmo deduzir outro dos princípios mais relatados nas finanças: saber administrar o dinheiro é mais importante do que buscar por mais dele. Isso não significa que procurar por mais fontes de renda não seja algo bom, mas que uma etapa anterior a isso deveria ser conseguir lidar melhor com o que se tem, já que, sem isso, todos os recursos conseguidos a mais poderiam ser utilizados de forma inadequada e implicar resultados menores no final. Nesse sentido, a base financeira citada diz respeito a priorizar a busca pela proficiência financeira, e não pelo dinheiro em si (Harv, 2021; Kiyosaki, 2018; Kiyosaki; Lechter, 2001; Levino; Santos, 2019).

De modo a sintetizar parte do que foi dito até o momento, um importante princípio amplamente abordado e que trabalha de forma direta em torno do comportamento dos decisores consiste em ter paciência quando se trata de dinheiro. Esse seria um dos alicerces nas finanças pessoais, pois, na maioria das vezes, os decisores não são profissionais no assunto, mas ainda assim precisam fazer diversas escolhas diariamente com relação aos seus recursos. Por esse motivo, essa base deveria estar presente em todas as fases em que o dinheiro está envolvido, seja no consumo, na poupança, na gestão ou mesmo nos investimentos. Assim, o princípio retrata a necessidade de prudência, de equilíbrio, de evitar a cobiça da busca por ganhos altos quando se existe um risco muito grande envolvido e assim por diante. Considerando isso, pequenos e bem pensados passos são de extrema importância nas fases iniciais de quem está organizando sua vida financeira (Clason, 2017; Hagstrom, 2019; Kiyosaki; Lechter, 2001; Seah; Buffett, 2021).

Após o alcance de uma boa organização inicial das finanças, que pode ser obtida com a aplicação dos princípios acima descritos, a tendência é que os indivíduos passem a ter mais recursos disponíveis e, com isso, passem a querer multiplicar estes, de modo a alavancar seus resultados e abrir espaço para objetivos maiores. No entanto, conforme boa parte das fontes em finanças pessoais, ainda é preciso certa cautela e garantia antes de seguir rumo à busca por mais dinheiro. A partir disso e com relação direta ao que foi mencionado como alicerce no item anterior, outro princípio recorrente no mundo das finanças e considerado básico para quem quer começar a investir seus recursos financeiros consiste em se ter reservas financeiras, também chamadas de reservas de emergência. Na prática, isso significa que é preciso

direcionar determinada quantidade de dinheiro para ser alocada em uma aplicação que possibilite algum rendimento e, mais importante, liquidez imediata, para que os valores possam ser retirados em caso de necessidade (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Levino; Santos, 2019; Seah; Buffett, 2021).

Prosseguindo, ao se considerar indivíduos que já organizaram com certa fluidez suas finanças, e, além disso, já provisionaram uma quantia suficiente para se ter em casos de emergência, é natural que a atenção passe a se voltar para opções de investimento propriamente ditas. Todavia, sem o conhecimento adequado sobre os ativos que se pretende direcionar recursos, tais pessoas ficam sujeitas a variados riscos, seja o de obter retornos insignificantes ou até o de perder dinheiro. Com isso, outro princípio levantado nas obras utilizadas pondera que uma importante forma de investir é pensando sempre no negócio, ou seja, conhecendo de fato no que o decisor está se envolvendo. Esse princípio considera que uma das medidas mais inteligentes para um investidor tomar é conhecer profundamente o que ele está investindo. Assim, buscar o máximo de informações sobre o ativo, ao ponto de se familiarizar com sua dinâmica e funcionamento, seria uma das bases para que não houvesse arrependimento por parte dos decisores no futuro (Clason, 2017; Graham, 2016; Hagstrom, 2019; Harv, 2021).

Considerando a base relatada acima, torna-se quase irresponsável do ponto de vista de alguns autores não mencionar outro princípio extremamente relevante, que inclusive dá base para que o que foi mencionado há pouco possa ser melhor aplicado. De maneira praticamente inquestionável, a maioria das fontes traz em seu conteúdo a importância de algo que deve ser buscado constantemente, e que algumas obras até retratam como o que poderia ser melhor o investimento disponível: o conhecimento. Recorrentemente, investir em si mesmo é apontado como um dos mais importantes fundamentos para quem busca melhorar suas finanças, seja em termos de organização ou mesmo de retorno em outros investimentos. Da mesma forma, essa lógica é relatada ao se levantar que as pessoas deveriam trabalhar para aprender, ou seja, para adquirir mais saberes, e não apenas pelo dinheiro, além de buscar conselhos de pessoas experientes; pois essas seriam algumas das formas mais acessíveis de se conseguir multiplicar os ganhos com o passar dos anos, já que novas percepções e experiências permitem melhores decisões no futuro (Banco Central Do Brasil, 2013; Clason, 2017; Graham, 2016; Halfeld, 2001; Harv, 2021; Kiyosaki, 2018; Kiyosaki; Lechter, 2001; Nigro, 2019).

Ademais, como forma de abranger grande parte das boas práticas em termos de finanças pessoais e do uso de recursos propriamente dito, diversos autores trabalham com um princípio central e de grande importância quando se trata da gestão financeira: fazer o dinheiro trabalhar. Basicamente, o que é destacado nas obras é que as pessoas devem saber usar parte do seu dinheiro de modo que ele possa trazer resultados por si só para os indivíduos, seja priorizando a compra de ativos em detrimento de passivos, por meio de aplicações envolvendo juros compostos, na criação ou participação em empreendimentos e assim por diante. Em outras palavras, esse princípio diz respeito à necessidade de os decisores controlarem seu dinheiro de modo que este possa incrementar os ganhos, e não apenas ser usado como meio para consumo ou algo semelhante. Assim, o indivíduo pode ter controle sobre sua vida financeira e até mesmo fazer com que seus próprios recursos tragam maiores resultados sem muito esforço, evitando a tendência que ocorre no consumismo — em que algumas pessoas parecem ser controladas pelo dinheiro (APIMEC Brasil; CVM, 2025; Banco Central Do Brasil, 2013; Clason, 2017; Harv, 2021; Kiyosaki, 2018; Silvestre, 2010).

Enfim, são inúmeros os princípios percebidos no mundo das finanças. Alguns amplamente aceitos e praticados, outros com menos adesão por parte de determinada parcela dos decisores. Vale ressaltar que haviam inúmeros outros fundamentos no decorrer dos materiais escolhidos para o presente trabalho, os quais não foram mencionados por serem isolados com relação a outros autores, muito específicos ou apenas correlatos com o que já foi listado. Em todo caso, os fundamentos mais recorrentes e relevantes nas obras foram descritos acima, de modo a apresentar brevemente quais são algumas das principais e mais abrangentes noções que formam base para discussões no que tange às finanças pessoais.

4.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Conforme introduzido anteriormente a partir de Gasparotto (2018), o planejamento financeiro pessoal trabalha diferentes aspectos na vida dos indivíduos, bem como pode ser constituído de diferentes etapas e formulado de maneira distinta a depender da situação. No entanto, algumas práticas são recorrentes e até consideradas essenciais na visão de alguns autores quando se trata desse assunto.

Nesse sentido, abaixo se discute os principais pontos envolvendo o planejamento financeiro a partir das obras selecionadas

4.2.1 Diagnóstico e orçamento

Para parcela considerável dos autores, um dos primeiros passos a serem dados quando se trata do planejamento financeiro é o diagnóstico, que, em termos gerais, leva as pessoas a construírem um orçamento. Na prática, esse ponto consiste em fazer com que o indivíduo tome ciência de como está a sua vida financeira no presente momento, de forma realista e cuidadosa (Gallagher, 2020; Massaro, 2015).

Nesta etapa, inicialmente é preciso avaliar todas saídas, ou seja, as despesas existentes, especialmente as que têm valores maiores ou são consideradas recorrentes — que causam gastos continuamente. Desde gastos com necessidades básicas como moradia, alimentação e assim por diante até o que é direcionado para o consumo deve ser levado em conta. Este seria um dos passos que mais exige cuidado por ser importante para avaliar eventuais desequilíbrios e a magnitude destes na vida das pessoas, pois, enquanto alguns apenas precisam conseguir chegar ao fim do mês com mais dinheiro, outros estão com dívidas tão grandes que já não se é possível pagá-las com as receitas atuais. Nesse ponto podem ser identificados gastos desnecessários, despesas com potencial para serem reduzidas e assim por diante (Banco Central Do Brasil, 2013; Brito, 2016; Cerbasi, 2013; Gallagher, 2020; Massaro, 2015).

Após a avaliação feita para levantar o que se gasta na prática, também é importante mensurar tudo que traz receitas para a pessoa que está fazendo seu diagnóstico financeiro. Para isso, todas as formas de se ganhar dinheiro que o indivíduo tem devem ser pontuadas e anotadas na forma de entradas. Geralmente, quando se trata de pessoas, a principal fonte de receitas é o salário advindo do trabalho de cada um, ou, no caso de empresários, o pró-labore. Além dessa, todas as outras formas de obter algum rendimento devem ser listadas, tais como aluguéis recebidos, rendimentos de investimentos, pensões, etc. (APIMEC Brasil; CVM, 2025; Brito, 2016; Cerbasi, 2016; Gallagher, 2020; Massaro, 2015).

A partir desses dois levantamentos, os decisores terão uma base de informações sobre o que entra e sai de fato em termos de dinheiro nas suas vidas. Com isso, é possível identificar se as receitas são maiores que as despesas e

direcionar esforços para que isto aconteça, caso ainda não esteja uma realidade. Fazer com que o saldo no final do mês seja positivo é um dos pontos mais importantes em termos de orçamento. Além disso, é preciso que cada um organize as movimentações de entrada e saída de forma produtiva, visando tanto o pagamento das despesas dentro dos prazos adequados, quanto a utilização das sobras da maneira correta, de modo a possibilitar que não somente as contas sejam pagas em dia, mas que os indivíduos ainda possam se beneficiar de eventuais rendimentos ou economias geradas por meio dos seus próprios recursos (Banco Central Do Brasil, 2013; Brito, 2016; Cerbasi, 2016; Gallagher, 2020; Massaro, 2015).

4.2.2 Definição de metas e objetivos financeiros

A etapa anterior serve como instrumento para que as pessoas identifiquem a situação atual em que se encontram. No entanto, para que de fato possam ter mais satisfação com relação às finanças é necessário que definam onde pretendem chegar. Em outras palavras, para pessoas que de fato buscam melhorar suas condições, não basta apenas organizar o que ganham e o que gastam, mas definir motivações maiores para que todo esse controle seja feito. Definir objetivos é importante para se saber onde cada pessoa quer chegar com relação a tudo que envolve o dinheiro: aquisições, viagens, aposentadoria, independência financeira e assim por diante. Para que seja possível alcançar de fato esses objetivos não basta apenas listá-los, mas sim definir como serão alcançados, quanto é preciso para isso e qual o prazo previsto que tudo se concretize (Brito, 2016).

Para além de fatores racionais como os mencionados há pouco, a definição de objetivos também tem grande importância em termos emocionais. Esta etapa não serve apenas para que situações desejadas no futuro sejam definidas, mas também para que tais metas tragam certa inspiração aos decisores, já que lembrar das metas traçadas para o futuro pode motivar as pessoas a se dedicarem ainda mais no processo, ajudando a cultivar a persistência e a disciplina necessárias para que os agentes se mantenham no caminho de suas ambições (Brito, 2016; Gallagher, 2020; Santos, França, e Batista, 2024).

Nesse sentido, este passo se mostra como relevante na medida em que permite trazer à tona uma direção bem definida para os indivíduos seguirem, fazendo com que organizar as finanças seja um processo embasado e que não é feito apenas

para se livrar das dívidas ou manter o saldo positivo ao final do mês. Pelo contrário, a definição de metas e objetivos claros surge como um instrumento de realização de metas, que faz com que todas as decisões tomadas pelos agentes sejam embasadas em algo maior, que foi previamente pensado. Assim, de modo sustentado em anseios maiores, as pessoas passam a alcançar gradativamente o que estabeleceram e podem, no longo prazo, fazer com consigam mais realizações, que, por consequência, proporcionam mais qualidade de vida e satisfação no futuro (Alves, 2017; Santos, França e Batista, 2024).

4.2.3 Execução

Neste momento é que a organização prática propriamente dita é feita. Após diagnosticar a realidade atual e definir objetivos de forma clara, o planejamento em si deve ser colocado em prática. Para isso, os indivíduos devem partir para a elaboração de um orçamento, que visa projetar o que se espera acontecer em termos de dinheiro para um período específico de tempo. A construção do orçamento pode ser feita de diferentes formas, seja por meios físicos como cadernos ou por meios digitais com a utilização de softwares — sendo os mais comuns relacionados a planilhas (APIMEC Brasil; CVM, 2019; Massaro, 2015).

Com isso, as entradas e saídas referidas anteriormente podem ser organizadas conforme ocorrem e, assim, é possível evitar que o dinheiro falte para pagar alguma dívida, por exemplo, já que o orçamento delimitou que em determinada data aquela conta deveria ser paga e, por isso, os recursos destinados para ela devem ser mantidos para este fim. Do mesmo modo, a dinâmica do orçamento permite que os indivíduos mensurem até que ponto o consumo pode estar presente em suas finanças, pois não podem comprometer o dinheiro das contas com algo que pode não ser necessário em parte das vezes (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2016).

Um fator de grande relevância quando se trata da elaboração do orçamento é manter valores em reserva, como mencionado anteriormente ao se tratar sobre os princípios da educação financeira. Imprevistos podem acontecer, por isso determinada quantia de dinheiro deve ser direcionada para cobrir esses acontecimentos caso acabem ocorrendo, impedindo que o saldo no fim do período seja negativo e acabe levando ao aumento das dívidas ou mesmo à busca por crédito — que incide na cobrança de juros. Isto deve ser considerado na elaboração do

orçamento para garantir que eventuais casualidades não prejudiquem todo o planejamento feito até o momento (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2016).

Além disso, ao colocar em prática a elaboração do planejamento, os objetivos antes delimitados precisam ser considerados. Por esse motivo, mais um ponto de atenção para os agentes será o apreço dado aos objetivos e metas que este definiu. Nesse sentido, durante a elaboração do orçamento os indivíduos devem organizar suas finanças visando um saldo positivo no final do período para que estes valores possam ser direcionados para o alcance do que foi proposto (Massaro, 2015). Ou, de outro modo, alguns autores enfatizam a necessidade de direcionar parte do dinheiro para o alcance de tais objetivos antes mesmo de se elaborar o restante do orçamento, já que, caso o planejamento não seja seguido com exatidão, ao menos os valores para as metas de curto, médio ou longo prazo já foram previstos. Assim, o que as pessoas almejam para o futuro não ficaria com o que sobra, mas receberia uma prioridade destacada do restante do orçamento (APIMEC Brasil; CVM, 2019; Banco Central Do Brasil, 2013; Massaro, 2015).

Para além da organização geral do orçamento, se faz necessário que os agentes também delimitem os demais instrumentos financeiros que serão utilizados na busca de suas ambições. Isso significa, em outras palavras, que os excedentes positivos devem ter uma destinação já pensada, para evitar que o saldo da boa gestão seja desperdiçado com consumos desnecessários, ao menos na maior parte das vezes em que esta é a realidade. Uma sugestão comum entre as obras da presente análise consiste no uso de investimentos para se buscar por remuneração com juros, valorização de ativos e assim por diante, como será visto adiante; o que contribui para bons frutos em termos de resultados no futuro. No entanto, para situações específicas em que um valor já foi separado para ser investido, todas as contas já foram pagas e não é preciso de mais recursos para necessidades, eventuais amortizações ou realização de objetivos definidos anteriormente, pode-se abrir espaço para consumos pontuais, como forma de premiação pelos resultados obtidos. De todo modo, o importante é que os agentes possam gerenciar suas finanças visando atingir o que foi estabelecido em termos de metas e viabilizar o alcance de melhores condições no futuro (Cerbasi, 2016; Massaro, 2015).

4.2.4 Controle e acompanhamento

Após a execução dos passos anteriores do planejamento e do orçamento propriamente dito, se faz igualmente relevante que cada indivíduo proceda com o correto acompanhamento de como todo o processo está sendo implementado. Cada etapa do planejamento financeiro deve estar fundamentada no que o indivíduo espera alcançar quando se propõe a organizar sua vida financeira. Por isso, caso o andamento das ações pareça não surtir efeito com relação aos objetivos definidos, pode ser preciso rever o que foi feito até então. Isso significa que, na prática, apesar de tudo ser pensado com um fim específico, pode ser preciso repensar e adaptar o planejamento financeiro, seja por conta de mudanças na economia, na vida do indivíduo ou mesmo das pessoas com quem este convive. De todo modo, seja por questões externas ou internas — como uma eventual mudança de planos do decisor, por exemplo —, é de grande valia que a pessoa acompanhe continuamente os planos que fez e o modo como está seguindo com a organização de suas finanças, visando, com isso, garantir que todo o processo possa satisfazer seus objetivos por completo (APIMEC Brasil e CVM, 2019; Banco Central Do Brasil, 2013).

4.3 DECISÕES DE INVESTIMENTO

Conforme relatado anteriormente, as decisões tomadas pelas pessoas com relação às suas finanças levam em conta inúmeros aspectos, sejam fatores emocionais ou racionais. De qualquer forma, este processo tende a ser uma das mais frequentes problemáticas associadas ao uso do dinheiro, seja no momento em que será praticado o consumo, a poupança, os investimentos e assim por diante. Considerando que parte dessa questão foi abordada neste trabalho ao se tratar das bases da educação financeira ou do planejamento envolvendo o dinheiro, resta ainda mencionar alguns dos principais pontos desse eixo que envolvem a prática de investir propriamente dita, o que se faz a seguir.

4.3.1 Perfis de investidor e aversão ao risco

Da mesma forma como discutido acerca das diferenças individuais dos agentes e da relação disso com as decisões tomadas ao longo da vida, seja nas finanças ou em qualquer outro campo, para se investir também é preciso observar atentamente cada contexto antes de se tomar alguma decisão. Nesse sentido, é recorrente notar

na literatura a necessidade de se optar por ativos que condizem com as características individuais de cada um. Em outras palavras, o investidor deve adotar estratégias e escolher ativos de acordo com suas características individuais, tais como o conhecimento prévio sobre investimentos, a rentabilidade esperada, o tempo disponível para dedicar aos investimentos, nível de estabilidade, disposição para correr riscos e assim por diante (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Gallagher, 2020).

Apesar de não haver consenso sobre a necessidade de se seguir com exatidão a ideia dos perfis de investidor, geralmente são descritas três categorias em que cada pessoa pode acabar se enquadrando, sendo estas: Conservador, que prioriza a segurança do investimento em detrimento de qualquer outra coisa; Moderado, que dá ênfase ao equilíbrio e aceita abrir mão, de forma calculada, de parte da segurança para que possa conseguir rentabilidade um pouco superior e Arrojado, que dá mais atenção à rentabilidade possível dos investimentos e aceita correr mais riscos para isso. Vale ressaltar que, mesmo parecendo algo que pode limitar a visão dos indivíduos de certa forma, o perfil de cada um tende a se alterar ao longo da vida, pois não é fixo e pode ser moldado ao mesmo passo que as pessoas têm mudanças em suas vidas e em sua mentalidade (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Gallagher, 2020; Souza, 2022);

Geralmente, o perfil de cada investidor seria determinado após o preenchimento de alguns formulários com perguntas voltadas a entender melhor sua situação atual de vida e alguns comportamentos. Esse tipo de questionário é amplamente oferecido por instituições financeiras a seus clientes, visando entender como estes estão dispostos a lidar com as diferentes alternativas de ativos disponíveis e, a partir disso, poder apresentar opções mais adequadas de produtos para os mesmos. Por ser fornecido pelas próprias instituições, esta pode não ser a melhor forma de categorizar os decisores entre os perfis de risco informados, conforme observado nas literaturas, uma vez que o oferecimento de produtos financeiros pode implicar certo conflito de interesses. De todo modo, os agentes podem buscar por si mesmos outras formas para se informar a respeito dos diferentes perfis e que tipo de investimento é mais indicado em cada um dos casos (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Gallagher, 2020).

Mesmo não sendo consenso na literatura a necessidade de se prender ao respectivo perfil de risco atribuído para cada agente, o que se mantém ativo como

ideal é o fato de ser necessário seguir uma coerência nas decisões de investimento conforme a realidade e características presentes na vida de cada um, como já destacado. Nesse sentido, também se entende como igualmente relevante que cada decisor busque por opções que estão no seu alcance, seja em termos de risco ou mesmo do conhecimento que se tem sobre o ativo em pauta. Neste contexto é que reside a urgência de cada pessoa não somente se conhecer o suficiente — para que seja possível basear suas decisões em fatos e no que está contido em seus planos —, mas também buscar conhecimento acerca das opções de investimento que circulam no mercado (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Clason, 2017; Gallagher, 2020).

4.3.2 Importância do conhecimento prévio sobre os ativos para a escolha de investimentos

Para além de conhecer bem a si mesmo, como apontado há pouco no presente trabalho, as obras analisadas tratam de modo recorrente a urgência de que cada decisor saiba no que seu dinheiro pode estar eventualmente aplicado, ou seja, entender no que consiste e o funcionamento das opções de investimento que lhe chamaram a atenção e que apresentam certa probabilidade de serem alvo de aplicações financeiras por parte dos decisores. Neste ponto, para além do que foi levantado ao se tratar de alguns dos mais citados princípios em finanças, é válido pontuar que cada agente deve saber especificamente algumas características de cada ativo antes de pensar em direcionar seus recursos para tal, quais sejam: risco, retorno e liquidez (APIMEC Brasil; CVM, 2025; Cerbasi, 2013; Hagstrom, 2019; Nigro, 2019).

Quando se trata de risco, diversos pontos de vista podem ser observados nas obras sob observação, mas que convergem ao final. Damodaran (2012, p. 61) descreve risco como “probabilidade de recebermos um retorno sobre um investimento que seja diferente daquele que esperávamos”, que implica duas possibilidades: o risco de receber mais (positivo) e o de receber menos (negativo). Esta visão é semelhante ao que aponta Halfeld (2001), quando descreve que “risco é a parcela inesperada do retorno de um investimento. Ao tratar na maior parte do tempo de ações, Warren Buffett define risco, conforme apontado por Hagstrom (2019, p. 244), como “a possibilidade de dano ou lesão”. Considerando tais noções, também é válido relatar que existem diferentes tipos de risco, como risco do negócio, do mercado, de crédito e assim por diante. De todo modo, o entendimento que prevalece acerca do risco está

intimamente ligado à incerteza associada ao se alocar recursos financeiros em determinado tipo de investimento, neste caso, sem que se saiba ao certo qual o será o resultado obtido ao término da operação.

Na contraparte do risco, está a rentabilidade. A partir do Banco Central do Brasil (2013), temos que a rentabilidade é tida como a remuneração ou retorno proporcionado pelo investimento. Em termos gerais, este ponto costuma ser o mais observado pelos decisores, uma vez que, conforme Cerbasi (2013) é o que contribui de fato para a multiplicação da riqueza do investidor. É a partir da rentabilidade que o dinheiro aplicado passa não apenas a manter seu poder de compra, mas a ter a chance de gerar mais recursos com o passar do tempo.

Por fim, a terceira característica principal por trás dos investimentos é a liquidez. A liquidez representa a capacidade de converter o que está investido em dinheiro a um preço justo, para que seja usado livremente. Uma quantidade aplicada na caderneta de poupança, por exemplo, pode ser rapidamente sacada, ou seja, convertida em dinheiro. Da mesma forma, alguns títulos também apresentam liquidez diária, ou seja, a disponibilidade de resgate todos os dias. De modo contrário e citado com frequência, um imóvel não pode ser vendido com a mesma agilidade e por um preço aceitável no mercado, pois depende de compradores interessados e de diversos procedimentos burocráticos para que a operação seja concluída de fato (APIMEC Brasil; CVM, 2019; Banco Central Do Brasil, 2013; Halfeld, 2001).

Em geral, vale mencionar que podem existir outras características relevantes a serem observadas pelos decisores ao buscarem por opções para se investir, tais como imposto, complexidade envolvida na operação, requisitos mínimos de capital e assim por diante. No entanto, os três pilares principais e que compõem qualquer tipo de investimento e se relacionam diretamente são o risco, o retorno e a rentabilidade. Assim, é válido relatar que, a partir de uma observação atenta desses três pontos, aliada ao estudo das diferentes opções de investimento presentes no mercado e citadas no início do presente trabalho, já se torna mais praticável para os investidores terem uma percepção mínima sobre cada ativo, possibilitando, com isso, a observação de opções que melhor se adequam à sua realidade financeira (Banco Central Do Brasil, 2013).

4.3.3 A relação entre risco, retorno e objetivos financeiros: como tomar a melhor decisão

Mesmo após encontrar o perfil que mais se adequa às características de cada investidor e de se conhecer as diferentes opções de investimento disponíveis no mercado, ainda é relativamente comum que alguns decisores permaneçam com dúvidas sobre quais seriam as escolhas mais efetivas com o uso do seu dinheiro, ou seja, aquelas que vão trazer o melhor resultado no resgate. Isso ocorre por conta das inúmeras opções de ativos disponíveis no mercado de investimentos — que gera certa dúvida na decisão final — e por conta de a maioria das pessoas não ter conhecimento técnico suficiente para ponderar com exatidão sobre os ativos que está observando. Em outros termos, mesmo que o agente tenha certo nível de informações sobre os ativos, este ainda pode ficar hesitante em meio aos diferentes cenários que se manifestam ao buscar por opções para investir seu dinheiro.

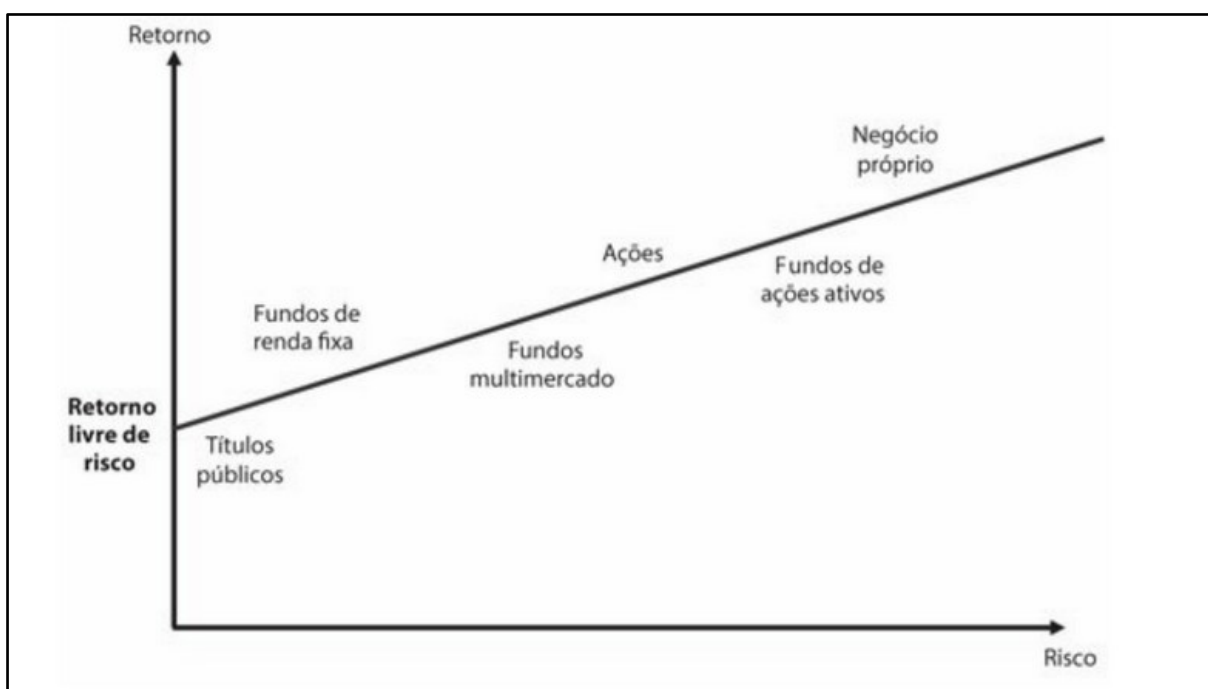
Apesar de as fontes analisadas trazerem alguns métodos de avaliação de ativos ou de como mensurar o retorno esperado, pode-se dizer que estes meios podem se mostrar complexos ou mesmo trabalhosos de se executar por investidores iniciantes — bem como por pessoas que acabaram de organizar suas finanças e passam a buscar por formas de melhorar seus rendimentos. Apenas ao tratar de ações, conforme aponta Alonso (2016), pode-se utilizar da análise técnica — baseada em gráficos — e da análise fundamentalista — que trabalha com base nos fundamentos e indicadores das empresas. Para que cada uma dessas diferentes formas de análise seja feita, é preciso que o investidor dedique um tempo para estudar cada metodologia e verificar qual delas pretende empregar, bem como entender todos os pontos envolvidos ao aplicar cada um desses tipos de análise.

Ainda com relação a ações e também a outros tipos de investimento, Damodaran (2012) descreve em detalhes alguns dos diferentes tipos de avaliações que podem ser feitos ao se buscar por investimentos, tais como os baseados em fluxo de caixa, em indicadores ou em modelos de precificação; os quais podem conter cálculos ou métodos quantitativos, que podem se mostrar complexos aos olhos de quem apenas busca lidar com suas finanças no dia a dia. Além disso, a vasta lista de metodologias pode causar certa confusão aos decisores por conta de sua multiplicidade, sendo que a escolha correta entre um desses modelos é de extrema importância, conforme o próprio autor faz menção ao relatar que “o problema na

avaliação não é que não haja modelos suficientes para avaliar um investimento, mas que há modelos demais” (Damodaran, 2012, p. 1007).

Com base nisso, vale ressaltar que, para o investidor iniciante que está cuidando de suas próprias finanças e buscando por melhores resultados ao longo do tempo, é válido optar inicialmente por formas mais simples de se avaliar os investimentos disponíveis, mas sem perder de vista os principais pontos já relatados: risco, retorno e liquidez. Avaliar esses três fatores de forma cuidadosa já pode ser um bom ponto de partida para que as decisões tomadas pelo agente sejam feitas de forma minimamente embasada (Nigro, 2019). Para mensurar o risco envolvido na operação, cabe ao indivíduo avaliar o tipo de investimento em que se está buscando fazer um aporte. Para cada tipo de ativo, há um nível de risco e rentabilidade esperado, conforme discute Halfeld (2001), bem como amplamente relatado em outras fontes e ilustrado por Cerbasi (2013, p. 88), como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Curva de risco versus retorno de um mercado



Fonte: Cerbasi (2013).

A ideia central, nesse sentido, consiste no fato de que para que um investimento seja atrativo aos investidores, deve fornecer um retorno compatível com o risco envolvido. Com base nisso, conforme o risco de determinada operação é maior, deve-se existir um incremento no retorno esperado, o que é chamado por Nigro (2019) como uma forma de “prêmio”, que tende a compensar a volatilidade que está presente

no ativo. Da mesma forma, se um ativo possui pouco risco envolvido e uma liquidez considerada baixa, é natural que a rentabilidade oferecida por esta opção de investimento também seja menor. O autor ainda descreve, consoante ao que também menciona Souza (2022) que a simples atitude de se comparar as opções disponíveis considerando o custo de oportunidade — o que se deixa de ganhar ao escolher uma opção em detrimento de outra — também já abre espaço para melhor ponderar acerca do que se está escolhendo para se fazer aportes financeiros. A partir disso, pode-se dizer que é importante para os agentes saber analisar as relações existentes entre essas características dos ativos de modo a tomar a melhor decisão possível.

Assim, considerando as diferentes opções e características dos investimentos, bem como a variedade e, por vezes, complexidade de formas de se avaliar os ativos, é válido pontuar que uma simplificação do processo de tomada de decisão por parte dos agentes pode ser benéfica. Este cenário, cabe frisar, não indica que os decisores não devam buscar por especialização ou aprimoramento de seus conhecimentos, o que é primordial para que suas finanças estejam cada vez mais equilibradas e seus rendimentos possam evoluir com o passar do tempo. O ponto central nesta ideia consiste em destacar que, para parcela considerável dos indivíduos que estão lidando com seu dinheiro cotidianamente, colocar em prática o básico já pode trazer bons resultados iniciais.

Nesse sentido, tem-se que as melhores decisões de investimento no âmbito das finanças pessoais são aquelas feitas considerando os aspectos essenciais dos ativos — como risco, retorno e liquidez —, o custo de oportunidade envolvido, os objetivos definidos pelo decisor em seus planos e assim por diante. Desse modo, a partir do equilíbrio destes e outros pontos considerados de menor complexidade, os agentes já podem alcançar cenários mais favoráveis para si e, com o passar do tempo, aprimorar seus conhecimentos; alavancando, com isso, seus resultados e abrindo espaço para seguirem em direção ao horizonte financeiro que planejaram (APIMEC Brasil; CVM, 2019; Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Halfeld, 2001; Nigro, 2019; Pereira, 2010; Souza, 2022).

5 FICHAMENTO, SÍNTESE E SUGESTÕES

Nesta seção, é proposto retomar de modo conciso as principais contribuições alcançadas na utilização de cada obra, bem como resumir na forma de menção algumas das melhores aplicações, ou seja, dicas e boas práticas relacionadas à educação, ao planejamento e às decisões dos agentes sobre suas finanças pessoais.

5.1 FICHAMENTO

Como citado anteriormente, de modo a compilar as informações mais importantes acerca de cada material usado como base para o presente trabalho, a técnica de fichamento foi empregada. A visualização do resultado do fichamento está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 2 – fichamento das obras utilizadas

(continua)

Título da Obra	Autoria	Descrição do material	Comentários
Caderno De Educação Financeira - Gestão De Finanças Pessoais	Banco Central Do Brasil	Guia prático que traz conhecimentos sobre gestão financeira pessoal, com vistas a capacitar o cidadão no uso de seu dinheiro.	Material utilizado nas três temáticas discutidas no trabalho, com ênfase em termos práticos envolvendo o dinheiro.
Educação Financeira: Um Estudo Sobre A Sua Importância Na Gestão Pessoal	Bruno Araujo Bispo da Silva e Jamir Mendes Monteiro	Estudo que analisa a importância da educação financeira pessoal. Enfatiza a inadimplência como consequência da má gestão.	Serviu de base para a discussão da educação financeira como alicerce da gestão financeira.
Finanças Pessoais Para Iniciantes	Natalya de Almeida Levino e Anderson Moreira Aristides Santos	Trabalha diversos conceitos na área das finanças pessoais, além de sugerir práticas benéficas nesse campo para os leitores.	Auxiliou a embasar conceitos na área de educação e princípios em finanças.
O investidor inteligente	Benjamin Graham	Obra clássica que trabalha acerca de princípios na área de investimentos com foco em aspectos racionais e fundamentados para decisões.	Contribuiu para discutir sobre princípios e boas práticas na área das finanças.
Os Segredos Da Mente Milionária	T. Harv Eker	Livro que aborda a área das finanças a partir das crenças que as pessoas têm com relação ao dinheiro, especialmente em termos de hábitos e mentalidade.	Permitiu enriquecer a construção dos trechos que tratam sobre o aspecto comportamental das pessoas na tomada de decisão e os princípios nesta área.

(continuação)

Pai rico, pai pobre	Robert T. Kiyosaki	Explora como crenças e padrões mentais moldam a forma como as pessoas se relacionam com o dinheiro, bem como traz lições para fazer com que existam mais benefícios nessa relação.	Apoiou amplamente o debate em torno da educação financeira e dos princípios associados ao uso do dinheiro, tanto em termos introdutórios quanto na discussão geral sobre o tema.
7 segredos para investir como Warren Buffet: um guia simples para iniciantes	Sean Seah e Mary Buffett	Apresenta princípios de investimento em valor segundo Warren Buffett e apresenta práticas de como desenvolver hábitos, disciplina e outros pontos neste mesmo sentido.	O livro incrementou as discussões acerca de princípios nas finanças e práticas benéficas nas decisões de investimento.
12 meses para enriquecer: o plano da virada	Marcos Silvestre	Livro que apresenta um plano prático de 12 meses para reeducação financeira, em especial no que trata de controle de despesas, investimento consciente e qualidade de vida.	Auxiliou a embasar acerca dos princípios em finanças, bem como para levantar as dicas e práticas relevantes na área.
O homem mais rico da Babilônia	George S. Clason	Obra clássica que trata de fundamentos atemporais de prosperidade, como poupar, investir com sabedoria e desenvolver hábitos financeiros benéficos.	A obra, mesmo que escrita há muitos anos e apenas revisada em datas mais recentes, contribuiu nas discussões acerca dos princípios e dicas em finanças, que correspondem a muito do que é apresentado por obras atuais.
Independência Financeira: O Guia Do Pai Rico	Robert T. Kiyosaki e Sharon L. Lechter	Livro que ensina a alcançar a independência financeira por meio de aspectos ligados à mentalidade e a educação financeira.	Fez ampla base especialmente para as discussões acerca da educação financeira e dos princípios associados a esta.
Planejamento Financeiro Pessoal	Apimec e CVM	Obra institucional que apresenta conceitos e práticas de planejamento financeiro pessoal, abordando gerenciamento das finanças, aposentadoria, seguros e assim por diante, porém com foco educativo e não comercial.	O material fez importante base principalmente para as discussões acerca de organização e planejamento financeiro pessoal, além de trazer sugestões relevantes em termos de aconselhamento.
Como Organizar Sua Vida Financeira: Inteligência Financeira Pessoal Na Prática	Gustavo Cerbasi	Livro que trata de questões relativas à organização financeira, tais como controle de gastos, estabilidade, independência financeira etc.	Incrementou a discussão onde se trabalhou em torno de educação financeira, planejamento e decisões de investimento, com ênfase em aspectos práticos e orçamentários.
Guia Prático De Economia E Finanças	Osias Santana de Brito	O livro aborda conceitos gerais de economia e finanças, tais como PIB,	Enriqueceu as discussões ligadas aos aspectos econômicos e das finanças

(continuação)

		juros, inflação e aspectos pessoais no uso do dinheiro.	pessoais, em especial com relação a definição de objetivos pessoais.
Como Cuidar De Suas Finanças Pessoais	André Massaro	Material que busca conscientizar os cidadãos brasileiros sobre a importância da educação e do planejamento financeiro.	Auxiliou principalmente a enriquecer as descrições em que se trata de aspectos práticos no uso do dinheiro por parte das pessoas.
O Impacto Do Planejamento Financeiro Na Qualidade De Vida: Fatores, Benefícios E Recomendações	Pamela Caetano dos Santos, Paola Machado França e Valquiria Constancio Batista	Estudo que destaca a importância da educação financeira e do planejamento pessoal para a estabilidade em termos financeiros e emocionais na vida das pessoas.	Trouxe amparo científico para validar o que se descreve nos livros a respeito das práticas benéficas para a realização pessoal, como orçamentos, investimentos e assim por diante.
Planejamento Financeiro Pessoal Como Uma Alternativa Para Maior Crescimento E Estabilidade	Mauricio dos Santos Alves	Pesquisa que analisa a forma como os estudantes percebem o planejamento financeiro pessoal. Evidencia que, apesar de reconhecerem a importância do controle, muitos excedem seus orçamentos com frequência.	Incrementou com ênfase científica a importância de não apenas reconhecer os passos do planejamento, mas praticar isto visando um futuro mais próspero.
Análise De Investimentos: Histórico, Principais Ferramentas E Mudanças Conceituais Para O Futuro	Apimec Brasil e CVM	Obra educativa que visa trabalhar conceitos de análise de investimentos, integrando aspectos técnicos, contábeis e fatores ESG.	Serviu de amparo para discutir diversos pontos relacionados à tomada de decisão e a princípios financeiros a serem considerados pelos agentes em seu dia a dia
Avaliação De Investimentos	Aswath Damodaran	Livro de ampla aceitação acadêmica, tem por objetivo apresentar aspectos de avaliação de investimentos, sendo inúmeros os ativos e os métodos abrangidos na obra.	Apoiou as descrições que envolvem a avaliação de investimentos, tanto em termos de conceitos quanto da relação entre risco, retorno e objetivos financeiros.
Criando riqueza: um guia prático de investimentos e finanças pessoais para leigos	Olivia Alonso	Livro que aborda aspectos práticos para a busca de melhores condições financeiras, sendo descrito pela autora como um “guia” de investimentos e finanças	Corroborou para levantar práticas positivas na tomada de decisão e para sustentar a utilização dos investimentos como ferramenta para formação de patrimônio.
Decisões Financeiras E Análise De Investimentos: Fundamentos, Técnicas E Aplicações	Alceu Souza	Obra destinada ao meio acadêmico, apresenta conceitos e técnicas de análise e seleção de investimentos	Teve utilidade especialmente para melhor entender a complexidade envolvida nas decisões de investimento e os riscos envolvidos
Finanças Pessoais – Estratégias De Investimentos	Diovane José Pereira	Trabalho acadêmico que busca apresentar procedimentos envolvidos	Trouxe amparo científico para discussões que envolvem o planejamento

(conclusão)

		no de um planejamento financeiro pessoal eficaz.	financeiro e as decisões de longo prazo na vida das pessoas.
Investimentos Inteligentes	Gustavo Cerbasi	Livro que busca ensinar estratégias para investir de forma inteligente, destacando a busca de conhecimento como fator fundamental para a tomada de decisão.	O material permitiu ampliar as discussões em praticamente todos os temas abordados, se apresentando como um material que trata tanto de aspectos básicos quanto mais pragmáticos na gestão financeira.
Investimentos: Como Administrar Melhor Seu Dinheiro	Mauro Halfeld	Livro apresentado por um professor universitário que visa contribuir para melhorar as condições de gestão na vida financeira das pessoas.	Auxiliou no encontro de sugestões e práticas favoráveis para se aplicar de modo a melhorar as condições financeiras, especialmente com ênfase para o longo prazo.
Planeje Seu Futuro Financeiro	Lilian Massena Gallagher	Livro que tem por foco orientar o leitor a se planejar para o futuro a partir do conhecimento, hábitos positivos com as finanças e outros aspectos práticos ligados ao uso do dinheiro.	Aprimorou os achados acerca de planejamento financeiro com contribuições práticas desde a formulação de objetivos financeiros até o alcance de um futuro mais estável por parte dos agentes.
O jeito Warren Buffett de investir	Robert G. Hagstrom	Livro que descreve alguns dos princípios usados por Warren Buffett (Considerado um dos maiores investidores da atualidade) para lidar com seu dinheiro e com investimentos.	A obra trouxe o amparo do eixo profissional nas questões acerca de decisões de investimento e princípios na gestão das finanças, trazendo validação para conceitos também abordados em outros materiais.
Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho	Thiago Nigro	Obra com tom educativo que tem por foco instruir sobre formas para se alcançar a liberdade financeira a partir de hábitos e decisões mais conscientes.	Colaborou para consolidar alguns dos mais frequentes princípios no uso do dinheiro e das práticas mais citadas para o alcance de boas decisões financeiras.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

5.2 SÍNTESE E SUGESTÕES

A partir desse momento, o foco consiste em sintetizar os principais assuntos tratados no presente trabalho e responder de maneira breve os objetivos propostos, bem como os demais questionamentos levantados com base nas discussões feitas a partir das obras escolhidas. Nesse sentido, será inicialmente descrito o que poderia representar uma das melhores formas de promoção da educação financeira para tomada de decisão. Após isso, serão apontadas as dificuldades mais comuns

vivenciadas pelas pessoas no que tange aos eixos temáticos tratados, seja em termos de Educação Financeira, Planejamento Financeiro ou Decisões de investimento. Em seguida, serão destacadas as dicas e sugestões mais relevantes contidas nas obras para que seja possível aos agentes alcançarem a base de uma organização financeira. Por fim, será descrito acerca de algumas práticas importantes envolvidas na tomada de decisão sobre as finanças pessoais, as quais viabilizam aos agentes o progresso e o alcance de seus objetivos.

5.2.1 Educação financeira e tomada de decisão

Considerando as discussões presentes nas obras analisadas, pode-se dizer que não é simples de descrever qual seria a melhor forma de promover uma instrução em termos monetários que seja capaz de tornar os indivíduos aptos para se organizarem e tomarem melhores decisões com relação às finanças. Contudo, é válido dizer que uma forma efetiva de se trabalhar adequadamente esse aspecto na vida dos agentes é fazendo-o o mais cedo possível. Em outras palavras, é a partir da inserção da educação financeira nas primeiras fases de contato que as pessoas têm com o dinheiro que se torna praticável moldar cidadãos capacitados e conscientes acerca do uso de seu dinheiro após a vida adulta. Assim, este cenário poderia possibilitar aos agentes desde cedo uma consciência maior acerca de seu dinheiro, seus objetivos e, com isso, o que precisam ter em mente para que tomem suas decisões com mais tranquilidade e assertividade (Banco Central Do Brasil, 2013; Kiyosaki, 2018; Levino; Santos, 2019; Santos; França; Batista, 2024; Silva; Monteiro, 2023).

Isto não significa, contudo, que pessoas que já passaram dessa fase em suas vidas não possam ser instruídas financeiramente, mas que estas podem enfrentar maiores dificuldades por questões psicológicas e sociais a que foram submetidas por não terem recebido a instrução adequada anteriormente; ou seja, em muitos casos o endividamento e problemas correlatos pode já ser uma realidade na vida de quem não buscou tais conhecimentos antes.

5.2.2 Dificuldades comuns nas finanças

De modo geral, o campo das finanças pode se mostrar complexo de inúmeras formas para os indivíduos que nunca pararam para tentar organizar de fato sua vida financeira. Por simplesmente seguirem dia após dia no automático, recebendo sua remuneração e gastando praticamente todo seu dinheiro de forma não pensada, as pessoas podem acabar enfrentando inúmeras problemáticas com o passar do tempo, como inadimplência, dependência do crédito e várias outras. Assim, pode-se dizer que muitos desses empecilhos nas finanças surgem a partir da falta de instrução sobre como usar corretamente o dinheiro ou mesmo da pouca importância que alguns indivíduos atribuem para o uso consciente desse instrumento.

Até chegar a essas complicações a partir das decisões que envolvem seu dinheiro diariamente, as pessoas passam por dificuldades mal gerenciadas ou mesmo inconscientes, sendo que as mais recorrentes geralmente abrangem: saber por onde começar para organizar sua vida financeira, equilibrar o lado emocional e o racional nas decisões, sair das dívidas, gastar de forma consciente, se preparar para imprevistos, pensar no futuro, saber onde investir, construir uma carteira de investimentos sustentável e assim por diante. São diversos pontos, alguns ligados à organização geral dos recursos monetários, outros às decisões adequadas para a conquista de objetivos maiores; mas todos os itens se relacionam diretamente com a falta de instrução sobre as finanças pessoais. Desde situações que parecem simples à primeira vista, como saber usar o dinheiro de forma racional, por exemplo, até questões mais complexas como montar um planejamento financeiro para o futuro, grande parte dessas problemáticas convergem na ausência ou, por vezes, descaso com o ensino sobre o dinheiro (APIMEC Brasil; CVM, 2019; Silva; Monteiro, 2023).

5.2.3 Dicas e sugestões na organização financeira

Considerando os entraves citados até o momento, cabe frisar que ainda é possível contornar a tendência das complicações advindas da falta de educação financeira prévia. Com dedicação e busca constante por instrução, apesar de tardia ou almejada após os decisores já estarem em situações delicadas financeiramente, esta ideia permanece factível e se apresenta como uma sugestão para a obtenção de resultados favoráveis na gestão das finanças, desde que os agentes apliquem o que for aprendido. No entanto, para as situações em que já não se pode buscar por conhecimento visando prevenir os problemas apontados, outros procedimentos

podem ser necessários para enfrentá-los, de modo a permitir que a organização financeira ainda possa ser alcançada pelas pessoas. Neste caso, para além da busca por educação financeira de modo geral, é interessante que os decisores sigam algumas recomendações importantes para abrirem espaço para um relacionamento melhor com seu dinheiro, as quais ou já foram em parte tratadas anteriormente e, agora, serão retomadas de forma resumida; ou, então, serão brevemente pontuadas, de modo a formar uma base de dicas e sugestões para uma vida minimamente organizada em termos de finanças pessoais.

Para os casos em que os indivíduos não sabem por onde começar, um dos primeiros passos consiste em se fazer o planejamento financeiro. Este passo é fundamental e representa um dos principais alicerces para que a organização financeira seja factível na vida das pessoas. Basicamente, neste ponto os agentes devem conhecer sua realidade através de um diagnóstico (avaliando despesas, receitas e demais itens já descritos), definir metas e objetivos (para saberem onde pretendem chegar), começar a executar esse plano (construindo um orçamento, delimitando ferramentas e seguindo este com atenção) e acompanhar para avaliar se o rumo que o planejamento está tomando condiz com o que foi proposto pelos agentes para ser alcançado (APIMEC Brasil e CVM, 2019; Brito, 2016; Cerbasi, 2016; Gallagher, 2020; Massaro, 2015).

É válido pontuar que, mesmo considerando que os agentes desenvolvam um planejamento financeiro de forma adequada, isto por si só não configura uma maior probabilidade de êxito no campo das finanças. Este instrumento, apesar de possuir grande importância, não garante resultados se os planejadores não se comprometerem em seguir o que foi definido. Dessa forma, cabe frisar que uma importante habilidade para se desenvolver, citada como dica em diversos dos materiais utilizados neste trabalho é a capacidade de equilibrar os eixos racional e emocional na tomada de decisão. Este ponto possibilita aos agentes diminuir a influência que os fatores emocionais eventualmente exercem sobre as escolhas financeiras do dia a dia, o que permite dar mais espaço à razão e faz com que o planejamento elaborado previamente pelos agentes tenha mais importância percebida em detrimento do que não estava sendo considerado até então. Para isso, se faz relevante que os indivíduos não decidam por impulso, esperando um tempo antes de fazer determinadas escolhas; analisem os fatos disponíveis antes de considerar algo sem embasamento; identifiquem se a decisão envolve uma necessidade ou apenas

um desejo; verifiquem se a decisão a ser tomada envolve uma quantia de dinheiro disponível no que foi orçado e se isto não comprometerá outras partes do orçamento; questionem se aquela ação pode impactar no atraso ou mesmo não cumprimento de algum objetivo traçado anteriormente e assim por diante (APIMEC Brasil; CVM, 2025; Banco Central Do Brasil, 2013; Ferreira, 2021; Graham, 2016; Hagstrom, 2019; Harv, 2021).

Para além disso, outra importante prática, que inclusive se faz necessária quando muitas pessoas não souberam ponderar entre razão e emoção, consiste em frear o que está causando a maior parte do desequilíbrio, o que muitas vezes está ligado ao endividamento excessivo. As dívidas propriamente ditas não se mostram como um problema, desde que estejam controladas e ainda permitam que sobre dinheiro para as pessoas ao fim do mês. Se este não for o caso, o cenário já é de um desequilíbrio e, por isso, é de grande importância conter as dívidas que mais pesam no orçamento antes de prosseguir com outras dinâmicas. Para sair das dívidas descontroladas, o que se propõe é trabalhar formas para que sobre mais dinheiro e, após isso, direcionar os esforços para quitar as dívidas mais importantes. Isto pode ser feito, por exemplo, a partir de uma revisão e corte de parte dos gastos familiares, da busca por fontes para se aumentar a renda, da venda de itens inutilizados, da redução ou eliminação das compras parceladas e de itens desnecessários, da economia do consumo de energia e água e assim sucessivamente. Ao passo que os recursos começarem a sobrar, é preciso priorizar o pagamento das dívidas que mais demandam recursos, seja devido a juros ou a outros fatores. Desse modo, o equilíbrio entre as entradas e saídas pode ser aos poucos alcançado (Cerbasi, 2016; Levino; Santos, 2019; Massaro, 2015; Silvestre, 2010).

Assim que as dívidas estiverem controladas, os agentes devem direcionar seu foco para manter o equilíbrio alcançado e evitar que novas saídas de recursos voltem a prejudicar suas finanças. Vale ressaltar que, para casos em que o endividamento prejudica a organização das finanças e apenas consome os recursos sem trazer bons proveitos, pode significar que os indivíduos fizeram escolhas incompatíveis com seu nível de renda para chegar a este ponto. Nesse sentido, é importante que as pessoas evitem repetir os erros cometidos anteriormente com relação às suas dívidas e passem a gastar de forma consciente, ou seja: evitando assumir dívidas que podem comprometer seu orçamento, adquirindo produtos e serviços eficientes (com maior durabilidade e utilidade), controlando os impulsos de consumo, evitando recorrer ao

crédito e outras medidas semelhantes. Assim, o foco nessa etapa consiste em fazer com que os ganhos alcançados a partir do controle das dívidas não seja absorvido por outros gastos, mas abra espaço para que o orçamento se mantenha com saldo positivo (Cerbasi, 2016; Levino; Santos, 2019; Silvestre, 2010).

A partir do momento em que os decisores já tiverem uma base de orientação para seguir, estão com as dívidas controladas e conseguem manter seu padrão de consumo de modo a fazer com que seu orçamento esteja voltado para o lado positivo, outra sugestão comum é desenvolver uma reserva financeira que, como já descrito, pode auxiliar os agentes a conseguirem certo amparo monetário em eventuais necessidades, como acidentes, perda do emprego e semelhantes. A partir deste instrumento, também chamado de colchão de liquidez, as necessidades repentinas de dinheiro podem ser supridas, o que evita a busca de crédito ou outras formas de dívidas que poderiam ser contraídas pelos agentes para sanar tais demandas. Para a maior parte dos autores, o valor adequado a ser alocado em uma reserva como esta seria o equivalente a seis vezes os gastos mensais do indivíduo ou de sua família, caso o mesmo fosse o principal contribuinte nas receitas do lar. Apesar de não ser consenso, este valor, que equivale a um semestre das saídas de dinheiro do agente ou do grupo em que está inserido, representa a sugestão mais frequente contida nas obras utilizadas no presente trabalho (Alonso, 2016; Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Levino; Santos, 2019; Seah; Buffett, 2021).

De modo geral, a busca por instrução, a elaboração e execução de um planejamento financeiro, o equilíbrio entre o lado racional e o emocional, o controle das dívidas, a prática de gastos conscientes e a construção de uma reserva de emergência são alguns dos pontos fundamentais tratados nas obras como parte básica para uma vida organizada em termos de finanças pessoais. No entanto, considerando que os planos estabelecidos pelos agentes geralmente não incluem apenas manter as contas em dia e, levando em conta que objetivos maiores são almejados no médio e longo prazo pela maior parte da população, outras questões devem ser praticadas para que se alcancem resultados satisfatórios também no futuro.

5.2.4 Boas práticas nas decisões de investimento para o alcance dos objetivos pessoais e de melhores resultados;

Como mencionado há pouco, pode-se dizer que grande parte das pessoas possui ambições maiores quando se trata de seu horizonte financeiro. Ainda, é válido destacar que a organização financeira pode se configurar como um termo amplo, que abrange inúmeros aspectos das finanças pessoais para além do simples equilíbrio com as entradas e saídas monetárias. No entanto, para que outros desses pontos possam ser melhor incorporados, se faz interessante que exista primeiramente um nível mínimo de equilíbrio nas contas do decisor em questão. De todo modo, para que a busca dos objetivos pessoais considerados mais amplos seja eficaz, algumas práticas podem ser adotadas, das quais algumas das mais relevantes abrangidas nas obras analisadas no presente trabalho serão sintetizadas a seguir.

Inicialmente, vale ressaltar que é preciso que os agentes também tenham incluído em seu planejamento financeiro objetivos que remetem ao futuro, não limitando o contexto das decisões apenas ao presente. Se isto não for considerado, é necessário que, primeiro, os agentes revisem seus planos e incluam aspectos que também dizem respeito ao horizonte de suas finanças pessoais, visando não apenas controlar o presente, mas também colher benefícios no futuro. Nesse sentido, a simples prática de considerar o futuro, abrangendo o médio e longo prazo no planejamento financeiro, se configura como uma importante medida a ser tomada pelos agentes. Além disso, ainda é válido destacar que os itens descritos nos planos precisam ser específicos e possíveis de se mensurar, de modo a acompanhar melhor o alcance do que foi definido (Banco Central Do Brasil, 2013; Brito, 2016; Gallagher, 2020; Silva; Monteiro, 2023).

Considerando que o indivíduo já possua um planejamento financeiro amplo e que abranja tanto o curto quanto o médio e o longo prazo em suas ambições, além de já ter controlado suas dívidas e conseguido formar uma base de segurança para eventuais imprevistos, outras práticas poderão ser, então, empregadas. Nesse sentido, vem à tona uma das principais ocorrências neste estudo: o uso dos investimentos. Apesar de o ato de poupar se mostrar importante e um passo essencial nas finanças pessoais, este se configura apenas como um facilitador para a construção de patrimônio e alcance dos objetivos traçados. O que poderia, de outro modo, impulsionar de fato esses acontecimentos seria o uso dos investimentos.

Diferente do ato de poupar, que possibilita ao decisor juntar dinheiro, o ato de investir abre espaço para que os agentes possam multiplicar seu capital, seja através de juros, rendimentos, dividendos e assim por diante. Assim, a utilização dos investimentos como ferramenta impulsionadora no alcance dos objetivos pessoais que envolvem o dinheiro é uma prática benéfica e amplamente recomendada nas obras sobre finanças, desde que os agentes tenham uma boa noção do funcionamento de cada tipo de aplicação e os riscos envolvidos, de modo a fazerem boas escolhas e alcançar bons resultados (Alonso, 2016; Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2013; Ferreira, 2021; Graham, 2016; Hagstrom, 2019; Halfeld, 2001; Kiyosaki, 2018; Nigro, 2019; Pereira, 2010; Seah; Buffett, 2021; Vargas Lopes et al., 2023).

Com isso, é de grande valia lembrar a importância da busca por instrução por parte dos agentes especificamente acerca dos aspectos envolvidos na tomada de decisão no momento de investir, quais sejam: conhecer o perfil de investidor, as opções de investimento disponíveis e suas principais características, o custo de oportunidade envolvido, a complexidade em cada tipo de operação, a incidência de impostos sobre os ativos, dentre outros. A partir desses aspectos, os indivíduos devem ponderar acerca das opções disponíveis e tomarem decisões de acordo com seus objetivos. De modo geral, algumas sugestões são trazidas pelos autores nos materiais analisados, como, por exemplo: a busca por opções de menor risco e complexidade, porém com maior estabilidade, para investidores considerados conservadores, o que geralmente abrange títulos de renda fixa; a alternância equilibrada entre opções com diferentes níveis de risco, retorno e complexidade para os que se enquadram como moderados e, por fim, a ênfase em ativos que possibilitem maiores retornos, mas sujeitos a maiores riscos, para aqueles entendidos como de perfil arrojado, sendo as opções mais comuns àquelas caracterizadas como de renda variável (APIMEC Brasil; CVM, 2019; Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2016; Gallagher, 2020; Hagstrom, 2019; Halfeld, 2001; Nigro, 2019).

Outro fator relevante apontado nas obras diz respeito à consistência, diversificação e avaliação periódica dos investimentos. Esta prática consiste basicamente na construção gradual de uma carteira de investimentos equilibrada e que traga bons retornos ao longo do tempo. Nesse sentido, é recomendado com frequência que os indivíduos destinem uma parcela de seu dinheiro todos os meses para ser alocada em investimentos, de modo a alavancar os resultados gradativamente. Além disso, é apontado que tais aplicações devem ser destinadas a diferentes opções, de modo a não permitir que uma parcela muito grande do capital esteja alocada em apenas uma ou duas alternativas, diminuindo os riscos e a oscilação do patrimônio do agente, o que configura a diversificação. Por fim, a

avaliação frequente dos resultados e composição desse conjunto de ativos permite que o decisor acompanhe os rumos que suas escolhas de investimento estão tomando, bem como torna mais perceptível a necessidade de mudanças de posicionamento e rebalanceamento da carteira (Banco Central Do Brasil, 2013; Cerbasi, 2016; Gallagher, 2020; Graham, 2016; Hagstrom, 2019; Harv, 2021).

Em síntese, são variadas as práticas e aconselhamentos que podem auxiliar no alcance dos objetivos financeiros pessoais de cada um. No entanto, considerando que em determinados momentos as decisões de investimento não implicam apenas retornos, mas também riscos de perda, é válido pontuar que as pessoas devem estar seguras de suas escolhas e do cuidado necessário que se deve ter em mente. Nesse sentido, para ocasiões em que os indivíduos não têm tempo ou conhecimento suficiente para deliberar com confiança a respeito de seus investimentos ou de outras questões relativas à sua vida financeira, é praticável e sugerido, conforme apontado majoritariamente nas obras, que se busque por ajuda de um profissional qualificado que preste o devido suporte ao longo desse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre educação financeira na atualidade pode parecer algo corriqueiro considerando o alcance dos meios de comunicação utilizados para transmitir informações, tais como jornais, televisão, rádio, redes sociais e outras mídias na internet. Este cenário se tornou possível, dentre outras questões, graças à globalização e ao avanço tecnológico, que modificaram a forma como a informação circula e como o conhecimento é compartilhado. No entanto, vale ressaltar que nem todo conteúdo disponível nesses meios possui credibilidade ou isenção de interesses, uma vez que qualquer pessoa pode alimentar essa ampla rede de conteúdo afirmando ter conhecimento sobre determinado assunto, sem necessariamente comprovar isto. Com isso, em muitos casos, as informações acabam sendo apresentadas de forma superficial, incompleta ou com intuito de promover produtos e serviços, o que pode prejudicar o aprendizado e até mesmo as finanças dos agentes, já que tais conhecimentos podem induzir a decisões mal fundamentadas ou tendenciosas envolvendo o uso do dinheiro de cada um.

Ao mesmo tempo, quando se trata de um aprendizado mais profundo e metódico, que poderia trazer mais benefícios em termos de conhecimento para os agentes, o entusiasmo é menor. Tratando-se de educação básica, apesar de ser um tema considerado obrigatório para todas as escolas do Brasil desde 2020, conforme prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação financeira segue sendo trabalhada apenas de forma transversal ou em contextos específicos dentro de outras disciplinas, e não de forma isolada ou dedicada. Assim, apesar de abrir espaço para que o eixo comece a ser discutido no meio escolar no Brasil, esta medida não garante que os indivíduos passem a aprender de fato a usar corretamente seu dinheiro. Com isso, os níveis de desequilíbrio financeiro tendem a não apenas estarem presentes na parcela da sociedade que já é economicamente ativa, mas também na que está começando a construir sua vida financeira.

Ambos os cenários citados estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira e impactando diretamente as finanças dos indivíduos, convergindo no que apontam as maiores pesquisas feitas com os consumidores brasileiros: endividamento e falta de controle financeiro. Em construções recentes como a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e o Mapa de Inadimplência e

Negociações de Dívidas no Brasil, elaborado pela Serasa — instituição de proteção ao crédito, evidencia-se que os números relacionados ao endividamento continuam a aumentar ano após ano. Em grande parte das vezes, tal inadimplência está associada a não realização da gestão financeira, especialmente no que diz respeito ao controle de ganhos e gastos (CNDL; SPC Brasil, 2025; Portal do Comércio, 2025; Serasa, 2025).

Assim, considerando o cenário de precariedade do conhecimento sobre o dinheiro existente no Brasil, o presente trabalho teve como objetivo geral entender de que forma a educação financeira influencia o planejamento e as decisões dos agentes sobre suas finanças. De igual forma, o estudo também propôs, por meio de objetivos mais pontuais: notar qual seria uma das formas mais eficazes de se tomar boas decisões financeiras a partir da educação nesse âmbito; identificar as maiores dificuldades, bem como estratégias para enfrentá-las, ao lidar com a organização financeira e, por fim, sugerir práticas benéficas na tomada de decisão para o alcance dos objetivos pessoais e de melhores resultados no horizonte financeiro dos decisores. Nesse sentido, o propósito foi abordar os temas de modo a melhorar a compreensão das relações existentes entre si e identificar conceitos fundamentais, sugestões para se colocar em prática e dicas para o alcance de melhores resultados ao longo do tempo em termos de finanças pessoais.

De antemão, vale ressaltar que a metodologia proposta contribuiu para alcançar as finalidades citadas sem comprometer a credibilidade e imparcialidade das informações, como ocorre ao considerar grande parte da mídia em que as informações sobre o dinheiro circulam atualmente. Na prática, esta condição se iniciou no levantamento das fontes, que se baseou em critérios como a verificação de autoria; continuou a partir da seleção dos materiais, que afunilou os itens através de sua abrangência e relevância e se concretizou por meio da leitura crítica dos trechos que tratavam dos assuntos observados, para que enfim fossem destacadas as contribuições que seriam de fato descritas neste trabalho.

Em linhas gerais, a pesquisa conduzida com base nas obras analisadas permitiu ampliar o entendimento de que os eixos mencionados ao longo do trabalho estão intimamente associados à educação financeira, mais especificamente no que diz respeito à formação de uma mentalidade consciente e majoritariamente voltada para aspectos racionais na tomada de decisão. Ainda que parte das obras mencione a importância do lado emocional no processo decisório, em sua maioria ao descrever

este ponto como necessário para o sentimento de realização ligado aos anseios humanos, prevalece a menção de que a racionalidade deve ser priorizada. Isto ocorreria, principalmente, para evitar que eventuais impulsos de consumo ou outras escolhas feitas de forma precipitada viessem a causar desequilíbrios na condição econômica dos agentes.

Adiante, validou-se que, apesar de não existir unanimidade quanto a melhor forma de se alcançar uma boa capacidade de tomada de decisões assertivas, uma das mais mencionadas formas de se alcançar tal feito se dá por meio do contato com a educação financeira o mais cedo possível, ou seja, nos momentos em que os indivíduos estão começando a lidar com o dinheiro. Com isso, à medida que amadurecem, aliam o conhecimento adquirido com as experiências vivenciadas no dia a dia com as finanças e passam a tomar decisões que tendem a trazer melhores resultados considerando os objetivos pessoais e a saúde financeira que cada um visa alcançar. Além disso, ao buscar pelas maiores dificuldades enfrentadas pelos agentes, percebeu-se que a maioria destas está ligada à falta de contato adequado com a alfabetização financeira, como não saber por onde começar para organizar suas economias, gastar de forma consciente, fazer investimentos adequados e assim sucessivamente. De todo modo, as fontes analisadas geralmente apontavam diferentes formas para se contornar tais dificuldades, mesmo que de forma isolada. Ao unir as orientações trazidas pelos materiais, estes pontos puderam ser descritos na forma de sugestões e práticas benéficas, das quais os agentes podem se valer para alcançar um melhor relacionamento com o uso de seu dinheiro.

Com base no que foi apresentado, o presente trabalho tem sua relevância associada à revisão de diversas fontes que trabalham sobre temas ligados à educação financeira, bem como ao encontro e compilação de alguns dos mais relevantes aconselhamentos sobre o dinheiro que estão contidos nas obras. Assim, contribui na medida em que melhora o entendimento sobre a área e serve de base de contato com importantes conhecimentos no âmbito das finanças pessoais, os quais podem inspirar os agentes a continuarem a busca por instrução na área, ou até a aplicar tais aprendizados, desde que isso seja feito com senso crítico e avaliação de risco, não sendo recomendado proceder com decisões que envolvam a possibilidade de perda sem que haja segurança para tal. Nesse sentido, vale a menção de que o presente artigo tem fim exclusivamente científico, não se destinando a constituir

aconselhamento financeiro a qualquer pessoa. Para este fim, recomenda-se a busca de um profissional apropriado e devidamente regulamentado.

Vale destacar, ainda, que o presente trabalho se limita na medida em que apenas revisita conhecimentos apresentados em diversas fontes, não tendo como objetivo a aplicação prática e mensuração dos resultados alcançados por agentes que eventualmente poderiam seguir as contribuições propostas. Além disso, teve como foco tratar de premissas consideradas de menor complexidade e maior abrangência presentes no eixo financeiro, deixando de lado aspectos mais robustos e específicos como métodos de avaliação de risco e retorno, modelos de precificação de ativos de capital e outros que também poderiam compor as discussões. Assim, tais questões são sugeridas e inclusive consideradas para pesquisas futuras, que podem se voltar para a aplicação e acompanhamento dos achados na construção atual ou de outros pontos mais direcionados que envolvem a tomada de decisões financeiras, como os há pouco citados.

De todo modo, o contexto das finanças se modifica dia após dia, sendo a incerteza uma característica inerente ao pensar no cenário econômico atual; e as decisões tomadas no presente, fatores que invariavelmente vão refletir na vida dos agentes com o passar do tempo. Nesse sentido, o encerramento deste estudo tem por constatação principal que pensar no futuro, considerando o planejamento e a tomada de decisão na área das finanças pessoais, exige a constante busca por educação financeira. Assim, esta se configura não apenas como uma área relevante, mas sim fundamental para a construção de um alicerce de conhecimentos, o qual permite aos indivíduos alcançarem seus objetivos e melhores condições no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Olivia. **Criando riqueza: um guia prático de investimentos e finanças pessoais para leigos**. [S.l.]: Empiricus, 2016.

ALVES, Mauricio dos Santos. **Planejamento Financeiro Pessoal Como Uma Alternativa Para Maior Crescimento E Estabilidade**. 2017.

APIMEC BRASIL; CVM. **Análise de investimentos: histórico, principais ferramentas e mudanças conceituais para o futuro**. [S.l.: S.n.].

APIMEC BRASIL; CVM. **Planejamento financeiro pessoal**. [S.l.]: Planejar - Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, 2019.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (ANBIMA). **Raio X do investidor brasileiro: 7ª edição**. São Paulo: ANBIMA, 2024. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/9D/52/B3/C7/38C0091004DA0EF8EA2BA2A8/Relatorio-Raio-X-do-Investidor-7.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. **Debêntures**. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/. Acesso em: 16 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro: Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/bolrsa200902.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_o_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira: biblioteca**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/cidadania_biblioteca. Acesso em: 26 mar. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cuidando do seu dinheiro: gestão de finanças pessoais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_o_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira para um Brasil sustentável**. Brasília: Banco Central do Brasil, set. 2010. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201009.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário**. Brasília: Banco Central do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/glossario>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/bauman_z_vida_para_consumo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Investimentos**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 1 recurso online (E-book). Disponível em <https://consulta.uffs.edu.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos**. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 8., 2013, Campo Mourão. Anais [...]. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2013. Disponível em: https://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Letras de Crédito Imobiliário (LCI)**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/poupanca-e-investimentos/letras-credito-imobiliario/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Brazilian Depositary Receipts – BDRs**. Portal do Investidor, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/tipos-de-investimentos/brazilian-depository-receipts-2013-bdrs>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Renda Fixa e Renda Variável: uma reflexão psicológica sobre segurança e risco**. Portal do Investidor, 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/renda-fixa-e-renda-variavel-uma-reflexao-psicologica-sobre-seguranca-e-risco>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: Educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 04 out. 2025.

BRITO, Osias Santana de. **Guia prático de economia e finanças**. [S.l.]: Editora Saraiva, 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perguntas frequentes sobre Poupança Caixa Fácil**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/poupanca-e-investimentos/poupanca-caixa-facil/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx/o-que-e-taxa-referencial>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Origem do dinheiro**. Disponível em: <https://www.casadoemeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. 6. ed. São Paulo: Sextante, 2015.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. [S.l.]: Elsevier, 2016.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**. [S.l.]: Editora Sextante, 2013.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes: estratégias para multiplicar seu patrimônio com segurança e eficiência**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

CLASON, George S. **O homem mais rico da Babilônia**. Rio de Janeiro, RJ: HarperCollins, 2017.

CNDL. **45% dos brasileiros não controlam as próprias finanças, mostra pesquisa sobre educação financeira do SPC Brasil e CNDL**. 29 jan. 2018. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/45-dos-brasileiros-nao-controlam-as-proprias-financas-mostra-pesquisa-sobre-educacao-financeira-do-spc-brasil-e-cndl/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Planejamento financeiro pessoal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2025. Disponível em: https://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/livro_TOP_planejamento_financeiro_pessoal.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

CNDL; SPC BRASIL. **37% dos inadimplentes não fazem controle das contas e dos gastos, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. Brasília, 06 ago. 2025. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/37-dos-inadimplentes-nao-fazem-controle-das-contas-e-dos-gastos-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>. Acesso em 08 nov. 2025.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). **Letra de Crédito Imobiliário - LCI e Letra de Crédito do Agronegócio - LCA**. [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/tipos-de-investimentos/titulos-bancarios/letra-de-credito-imobiliario-lci-e-letra-de-credito-do-agronegocio-lca>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). **Resolução CVM nº 60**, de 23 de dezembro de 2021. Dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs 414, 443, 600 e 603. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2021. Retificada em 6 jan. 2023. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol060.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

DALL'AGNOL, Roberto Mauro. **Planejamento e orçamento familiar: educação financeira e a melhoria da gestão de recursos das famílias**. Em: TRINDADE, Larissa de Lima; DEIMLING, Moacir Francisco; KIST, Milton; BAVAREESCO, Joel;

PERON, Lucélia (Orgs.). Educação financeira na escola. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2021. p. 175-189.

DWECK, Carol S. **Mindset: a nova psicologia do sucesso**. Tradução de S. Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). **Guia do investidor: comece a investir hoje no seu futuro...** Brasília: ENAP, [s.d.]. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6248/1/Guia_Investidor%20TD.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**. Tradução de Cordelia Magalhães. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

FERREIRA, Vera Rita De Mello. **A Cabeça Do Investidor**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2021.

FREGNI, Carla Patrícia. **Comportamento do consumidor**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. Disponível em: https://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/201601/INTERATIVAS_2_0/COMPORTAMENTO_DO_CONSUMIDOR/U1/LIVRO_UNICO.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. **Educação financeira na agenda da responsabilidade social**. FIA - Fundação Instituto de Administração, 2025. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/educacao-financeira/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GALLAGHER, Lilian Massena. **Planeje seu Futuro Financeiro**. [S.l.]: Alta Books, 2020.

GASPAROTTO, Ivens. **Planejamento financeiro pessoal: conceitos e aplicações**. São Paulo: CFA Society Brazil, 2018. Disponível em: https://cfasociety.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Livro_Ivens_Gasparotto.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOMES, Leonardo Parizotto. **Certificado de Depósito de Valores Mobiliários do tipo Brazilian Depositary Receipts (BDR): estrutura, dinâmica e implicações jurídicas**. 2022. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/19947>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GRAHAM, Benjamin. **O investidor inteligente**. [S.l.]: HarperBusiness, 2016.

HAGSTROM, Robert G. **O jeito Warren Buffett de investir**. 2. ed. [S.l.]: Benvirá, 2019.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2001.

HARV, T. Eker. **Os Segredos Da Mente Milionária**. [S.l.]: Editora Sextante, 2021.

HOUSEL, Morgan. **A psicologia financeira**. Rio de Janeiro, RJ: HarperCollins Brasil, 2021.

JESUS, L. M. N. de. **Finanças pessoais: um estudo sobre as contribuições da educação financeira para a qualidade de vida**. *Textura*, v. 13, n. 21, p. 74–82, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22479/desenreg2019v13n21p74-82>. Acesso em: 24 mar. 2025.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre 20 anos** [recurso eletrônico]: edição comemorativa. [S.l.]: Alta Books, 2018.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Independencia Financeira: O Guia Do Pai Rico**. [S.l.]: Elsevier, 2001.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Tradução de Maria Monteiro. São Paulo: Alta Books, 2018.

LEVINO, Natallya de Almeida; SANTOS, Anderson Moreira Aristides. **Finanças pessoais para iniciantes**. Brasil: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2019.

LIMA, Matheus Ribeiro de. **Reflexões associadas às criptomoedas: definições e possíveis contabilizações**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/56910>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASSARO, André. **Como Cuidar De Suas Finanças Pessoais**. [S.l.: S.n.].

MONTEIRO, Danielle. **A percepção motivacional do dinheiro**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/49/2020/08/Danielle_Monteiro.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

MOURA, Bruno de Medeiros; CARVALHO, Valdemir Galvão de. **Educação financeira: influência nas decisões de consumo, investimento e poupança de docentes**. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 22. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22uspinternational/ArtigosDownload/3633.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; NASCIMENTO, Mabel. **Ciclo da vida e motivações financeiras** (com especial atenção aos idosos brasileiros). Rio de

Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999. (Texto para Discussão, n. 691). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2853/1/td_0691.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho**. [S.l.]: HarperCollins Brasil, 2019.

OLIVEIRA, Domério Nassar de. **Dinheiro**. Ide (São Paulo), São Paulo, v. 37, n. 58, p. 35-43, jul. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 25 mar. 2025.

OLIVEIRA, Igor Meireles de; BESSA, Lucas. **Relação entre os perfis de investidores, produtos financeiros e riscos no mercado financeiro brasileiro**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, v. 4, n. 2, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/download/656/607/3550>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**. Paris: OECD, 2005. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2005/11/improving-financial-literacy_g1gh5cd2/9789264012578-en.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. **Pensamento, crenças e complexidade humana**. Ciênc. cogn., Rio de Janeiro, v. 12, p. 134-149, nov. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2025.

PEREIRA, Diovane José. **Finanças Pessoais – Estratégias De Investimentos**. 2010.

PORTAL DO COMÉRCIO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – Fevereiro de 2025** [recurso eletrônico]. Brasília: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 2025. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-fevereiro-de-2025/. Acesso em: 24 mar. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ROVAI, Armando Luiz. Debênture. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). **Tomo: Direito Comercial**. Fábio Ulhoa Coelho, Marcus Elidius Michelli de Almeida (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,

2018. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/218/edicao-1/debenture>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTOS , P. C. DOS; FRANÇA , P. M.; BATISTA, V. C. **O Impacto Do Planejamento Financeiro Na Qualidade De Vida: Fatores, Benefícios E Recomendações**. Revista Foco, [S. L.], V. 17, N. 10, P. E6589, 2024. Doi: 10.54751/Revistafoco.V17n10-118. Disponível Em: <https://Ojs.Focopublicacoes.Com.Br/Foco/Article/View/6589>. Acesso Em: 30 Jul. 2025.

SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos; LINS, Marcelo Santos. **Sobrou Dinheiro, e agora?**. Em: LEVINO, Natallya de Almeida; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos (Orgs.). Finanças pessoais para iniciantes. Maceió: Projeto Mulungú/Universidade Federal de Alagoas, 2019. p. 93–104. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/7121>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121 a 1141, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6620>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SCHIMITH, Cristiano Descovi; SCAVARDA DO CARMO, Annibal José Roris Rodriguez; FRAZZON, Lorenzo Sanfelice; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; WEISE, Andreas Dittmar. **Modelo de planejamento financeiro integrado ao planejamento estratégico pessoal**. Revista Gestão & Conhecimento, v. 8, n. 2, p. 26–40, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://ojs.revistagc.com.br/ojs/index.php/rgc/issue/view/9>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SEAH, Sean; BUFFETT, Mary. **7 segredos para investir como Warren Buffet: um guia simples para iniciantes**. [S.l.]: Alta Books, 2021.

SERASA. **Planejamento financeiro: aprenda a fazer um em 4 passos simples**, 2024. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/blog-pme/planejamento-financeiro/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. São Paulo: Serasa, 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 08 nov. 2025.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC BRASIL. **Educação financeira: Como organizar as finanças pessoais**. SPC Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/blog/educacao-financeira>. Acesso em: 14 abr. 2025

SILVA, Alessandra Milka da; SILVA, Deyla Layane da; FRAGOSO FILHO, Emanuel Ayres; MATSUSHITA, Kamylla Yoshiko; SILVA, Keila Maria da Conceição da; VANDERLEY, Ubiratan Jurandir da S. **A ausência da educação financeira no sistema de ensino básico do Brasil**. 2023. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/Discente/article/download/953/416/2400>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, Bruno Araujo Bispo da; MONTEIRO, Jamir Mendes. **Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal.** Research, Society and Development, v. 12, n. 6, p. e16212642125, 16 2023.

SILVESTRE, Marcos. **12 meses para enriquecer: o plano da virada.** [S.l.]: Lua de Papel, 2010.

STELLA, Julio Cesar. **Moedas virtuais no Brasil: como enquadrar as criptomoedas.** Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central, Brasília, v. 11, n. 2, p. 149–162, dez. 2017. Disponível em: <https://revistapgbcbcb.gov.br/revista/issue/view/26>. Acesso em: 16 abr. 2025.

VARGAS LOPES, Jhon Deiwison et al. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS DECISÕES DE INVESTIR. Caderno de Administração**, v. 1, n. 17, 2 out. 2023.

ZERO, Arethuzza Helena. Educação financeira (org.). **Entenda o que são Títulos Públicos.** 2013. Disponível em: <https://www.educafinanceira.com.br/entenda-o-que-sao-titulos-publicos/>. Acesso em: 26 abr. 2025.